



Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material

ISSN: 0101-4714

ISSN: 1982-0267

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

SANTOS, AMÁLIA CRISTROVÃO DOS

Como palavras desenham fronteiras: os sentidos da denominação
“paulista” nas nobiliarquias de Pedro Taques em meados do setecentos

Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 30, e37, 2022

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e37>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27370435035>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Como palavras desenham fronteiras: os sentidos da denominação “paulista” nas nobiliarquias de Pedro Taques em meados do setecentos

How words draw borders: the meanings of “*paulista*” in Pedro Taques’ nobility titles from mid-18th century

<https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e37>

AMÁLIA CRISTOVÃO DOS SANTOS¹

<https://orcid.org/0000-0002-4319-5085>

Escola da Cidade / São Paulo, SP, Brasil

1. Arquiteta e urbanista pela Universidade de São Paulo. Mestre e doutora pela mesma instituição. Atualmente é docente do Departamento de História do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade, na graduação e no curso de pós-graduação "Cidades em Disputa: pesquisa, história e processos sociais". E-mail: amaliasantos@gmail.com.

RESUMO: Os títulos nobiliárquicos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, de meados do século XVIII até sua morte, em 1777, foram redigidos durante período de intensa redefinição do papel da capitania de São Paulo em relação à Coroa e à América portuguesa como um todo. Após o período de submissão administrativa ao Rio de Janeiro (1748-1765) e em meio às negociações das fronteiras entre as colônias ultramarinas portuguesa e espanhola para a assinatura e implementação do Tratado de Madrid (1750), os paulistas viam-se em posição renovada e almejavam ampliar os reconhecimentos de seus feitos e, assim, as benesses que poderiam emergir. Nessa articulação entre política, território e as antigas e atuais relações com grupos indígenas, Taques escreve centenas de solicitações de reconhecimento de nobreza para as principais famílias paulistas. A análise sistemática da totalidade dos títulos genealógicos remanescentes desse conjunto permite divisar as estratégias narrativas de tais pedidos e os significados que construíram para um grupo específico e limitado dentro dessa população: os “paulistas”. Este artigo apresenta o exame dos textos genealógicos, em sua redação e pela extração de dados quantitativos, circunscrevendo a fixação de certos valores, antecedentes e hábitos que serão atribuídos exclusivamente a esses “paulistas” – e não à totalidade da população desse território –, buscando subverter séculos de lendas e documentos que os classificavam como violentos, cruéis e insubordinados. Ressalto, ainda, como essa operação

será fundamental na configuração posterior da mitologia bandeirante, que generaliza a associação entre esses homens e o ímpeto comum dos paulistas.

PALAVRAS-CHAVE: Paulistas. Pedro Taques de Almeida Paes Leme. São Paulo (capitania). Imaginário. Representações. Genealogias.

ABSTRACT: Pedro Taques de Almeida Paes Leme's nobility titles, dated from mid-18th century until his death, in 1777, were written during a period of intense redefinition of the captaincy of São Paulo's relations with the Portuguese Crown and the colony as a whole. After its administrative subordination to Rio de Janeiro (1748-1765) and amidst border negotiations between Spanish and Portuguese America for the signing and implementation of the Treaty of Madrid (1750), the *Paulistas* (inhabitants of São Paulo) sought to expand the recognition of their conquests and consequently gain more benefits. Articulating politics, territorial definitions, and both past and contemporary relations with indigenous groups, Taques writes hundreds of requests for recognition of nobility for the main families of São Paulo. By systematically analyzing the remaining genealogies, one can observe the narrative strategies employed by such requests and the built-in meanings of a particular and limited group within this population: the "*paulistas*". This paper examines these nobility titles in their writing and by extraction of quantitative data, circumscribing the establishment of certain values, backgrounds and habits exclusively to said "*paulistas*"—and not to all the captaincy population—, subverting century old legends and documents that painted them as a violent, cruel, and insubordinate group. Lastly, this resignification will be instrumental to the 20th century historical construction of the *bandeirante* mythology, which generalizes the association between these men and a common *ethos* shared by all *paulistas*.

KEYWORDS: Paulistas. Pedro Taques de Almeida Paes Leme. São Paulo (captaincy). Imaginary. Representations. Genealogies.

INTRODUÇÃO

Na investigação cruzada entre as imagens dos bandeirantes e dos pioneiros, ambas fundantes das mitologias nacionais brasileira e estadunidense respectivamente, Vianna Moog estuda a formação, o poder e a permanência de tais simbologias. Segundo ele, o início do século XX viu surgir uma historiografia paulística² de “magnificação do bandeirante”,³ composta por expoentes como Afonso d’Escragnoille Taunay, Alcântara Machado e Alfredo Ellis Jr., cujo referencial teórico estreitava-se com as narrativas de desbravamento e conquista do oeste norte-americano, construídas a partir do final do Oitocentos, especialmente por meio da *Frontier Thesis*, de Frederick Jackson Turner,⁴ proferida em 1893.

Em diálogo com Pierre Monbeig, Moog busca decifrar a transformação do ideário de ousadia e intensa mobilidade atrelado aos antigos sertanistas em um mito de entusiasmo pela agricultura e fixidez territorial. Ambos concordavam com a extrema “eficácia psicológica”⁵ do imaginário erigido em torno da figura do bandeirante, que encapsulava valores morais de dignidade e empreendedorismo, mesclando presente e passado, alinhando as vidas de novos colonos e antigos desbravadores. Criava-se, assim, uma tradição na qual podiam tomar parte todos os paulistas, de origem ou de escolha. Ainda que a mitologia tenha se tornado sinônimo de história nacional – especialmente em sua associação com a dilatação das fronteiras –, é em São Paulo e sobre São Paulo que mais se assentou, servindo ao momento de crescimento político e econômico experimentado pelo estado com a expansão agrícola e industrial nas primeiras décadas republicanas.

A historiografia que cravou o bandeirantismo na fundação da pátria, de acordo com Moog, tornou obsoleta a “necessidade de recorrer a Pedro Taques ou a frei Gaspar da Madre de Deus”,⁶ tamanha a consolidação dessas representações na intelectualidade, no *ethos* e na memória coletiva. Ainda que a conclusão seja inequívoca, os escritos de membros das famílias mais importantes e poderosas da capitania paulista no século XVIII contêm chaves explicativas centrais à compreensão da manufatura da mitologia bandeirante – que ganharia forma quase dois séculos depois. A partir de olhar detido sobre esses materiais, vê-se como foi possível subverter mais de um século de lendas e documentos acusatórios acerca da índole dos moradores de São Paulo, que datam desde o princípio do Seiscentos, e transformá-los em um apanhado de atributos desejáveis, valorosos e potentes, frente aos novos rumos da Colônia, incluindo os processos de ocupação territorial interna e os embates entre as Coroas ibéricas em torno do desenho das fronteiras entre suas posses ultramarinas. Neste artigo, empreendo o exame sistematizado de uma dessas fontes,

2. Blaj (2002).

3. Moog (2000 [1955], p. 191).

4. Turner (1994 [1893], p. 31-60).

5. Monbeig (1998 [1952], p. 121).

6. Moog, op. cit., p. 191.

7. Taunay (1923, p. 11).

8. Leme (1980).

9. Redijo o termo entre aspas para referir-me ao uso feito por Taques, diferenciando-o da toponímia regular.

10. Cf. Olival (2001), Bicalho (2005) e Monteiro (2005).

qual seja, a produção genealógica de Pedro Taques de Almeida Paes Leme – reputado por Taunay como “historiador das bandeiras paulistas, dilatadoras do Brasil, historiador da conquista do Brasil pelos brasileiros”⁷ –, desnudando os padrões de escrita por meio dos quais o autor opera e propõe ressignificações para o passado e a história de seus antecessores – e, assim, para si e seus pares.

No conjunto de genealogias e requerimentos de comprovação de nobreza produzido por Taques,⁸ entre meados do século XVIII e seu falecimento, em 1777, vemos a construção de uma narrativa específica dentro da lógica da mercê, sobre si e seus pares, que buscava garantir benesses e ocultar as máculas nas linhagens que haviam se aparentado com os indígenas. Ainda que houvesse modelos correntes para esse tipo de processo, que certamente seriam conhecidos e seguidos pelo genealogista, interessa-me aqui a maneira como ele mobiliza e manipula os conteúdos impressos em suas páginas. O autor entremeia documentos cartoriais e narrativas que corriam oralmente sobre as descobertas e conquistas – elementos presentes no imaginário daquele período – e reorganiza o discurso sobre esses acontecimentos, reforçando certos aspectos, repetindo caracterizações específicas e, assim, imprimindo nesse conjunto de histórias elementos que direcionam a leitura e transformam seus significados.

Em seus escritos, os “paulistas”,⁹ mais do que originários desse território, seriam aqueles dentre as famílias naturais ou estabelecidas em São Paulo que ostentavam atributos de subordinação à Coroa, empreendedorismo, generosidade, honra, experiência no sertão, habilidades na guerra contra grupos indígenas, ascendência que remete aos primeiros povoadores e às nobres casas europeias e desempenho de cargos de governança. Dessa maneira, o autor ressignifica os chamados sertanistas e seus feitos, estabelecendo os laços entre eles e seus herdeiros e legitimando o protagonismo dos descendentes, que deveriam reproduzir o retrato de liderança de pais, avôs, tios e sogros e sua busca incansável por melhores condições de aproveitamento dos recursos disponíveis, tomando as “rédeas do governo da república” – expressão repetida em vários títulos – de São Paulo e demais vilas.

Seu discurso, além de motivado pela inserção de seus contemporâneos na “economia da mercê”,¹⁰ articulava o imaginário ao material, à medida que as descobertas, conquistas e serviços dos paulistas configuravam, de uma só feita, a imagem desses homens e também as bases para solicitações de cargos, terras e privilégios variados, que reposicionavam ou solidificavam seus lugares em relação ao resto da população da capitania, da totalidade da Colônia e, em algum grau, do Império português. Observa-se, ainda, o processo de criação de novas vilas, registrado nas próprias genealogias, a partir da formação e expansão de clãs parentais. Importante notar que essa produção se articulava ainda aos escritos

históricos de Pedro Taques, nos quais o autor se debruça sobre a trajetória da cidade e da capitania e acontecimentos específicos protagonizados pelos moradores de São Paulo, como o descobrimento de minas de ouro e a expulsão dos jesuítas.¹¹ Conforme ressignificava esses homens, Taques reabilitava a própria capitania, fortalecendo o argumento de sua relevância para a Coroa e a fazenda real.

Neste artigo, realizo leitura sistematizada da totalidade dos títulos remanescentes produzidos por Taques, construindo um cenário analítico coletivo, em lugar da leitura usual dessa fonte, sequencial e individualizada. Mantendo o agrupamento por troncos familiares, circunscrevo categorias particulares de atributos relacionados pelo autor às pessoas inventariadas, apontando sua centralidade na configuração de uma denominação específica de “paulista”, nitidamente definida em termos das relações delineadas entre esses indivíduos – suas famílias e o grupo dos “paulistas” – e a administração colonial. Rodrigo da Silva, ao tratar da totalidade da produção escrita de Taques, conclui que o autor pouco expõe suas “colocações e opiniões a respeito da cidade e da capitania”.¹² Contudo, a análise ora empreendida desnuda o mecanismo de repetições e construção de fronteiras semânticas que cria sentidos para a história do território e da população de São Paulo – é na reiteração de certos elementos narrativos, retomados a cada título, que o genealogista imprime significados específicos e bem determinados dentro dos limites das atribuições desejáveis no escopo do Antigo Regime.

No correr do Setecentos, os homens de São Paulo já tinham longo histórico de questionamento sobre sua vassalagem à Coroa portuguesa e frequentes censuras permeadas por descrições de violência e insubmissão a Deus, atribuídas a suas relações estreitas com grupos indígenas. Essa mesma proximidade, no entanto, seria a razão pela qual teriam se tornado exímios conquistadores, cuja força militar foi repetidamente acionada pela administração colonial no enfrentamento de nativos e escravizados. O imaginário construído sobre esses habitantes – e também por eles próprios – fundamentou-se no movimento entre “vícios e virtudes”, na expressão mobilizada por Laura de Mello e Souza. Foi no período de restauração da capitania de São Paulo que “os habitantes de São Paulo recriavam o passado, idealizando-o e configurando ideologicamente o ‘paulistanismo’”.¹³

Note-se ainda o papel da nomenclatura “paulista”, ressignificada pelo genealogista na formação de uma identidade própria para esses habitantes, que permite se aproximarem entre si e diferenciarem-se dos demais colonos, a partir da fixação de sentidos valorosos para o passado dessas famílias, muitas vezes coibido e recriminado. Vale destacar a concomitância entre a produção desses textos e o reestabelecimento da capitania de São Paulo, submissa à do Rio de Janeiro entre 1748 e 1765, período de intensa produção de Taques e constantes negociações de fronteiras

11. Para análises dessa produção e das agruras que marcaram a trajetória de Pedro Taques, ver Silva (2009) e Taunay (1980, p. 11-36).

12. Silva, *op. cit.*, p. 29.

13. Souza (2006, p. 139).

14. Vieira (1992, p. 102-121, grifo nosso).

15. Souza (2000, p. 267).

16. Termo de Vereação e asento q. se fes sobre a vinda do p.e provimsial alexando de gusmão com hua ordem do g.or geral e copia de hua Carta de sua mag.de q. deus garde sobre particular de Indio e asento q. se fes sobre esa materia (ACTAS DA CAMARA DA VILLA DE S. PAULO, 1915, p. 447-452).

17. Termo de Requerim.to do povo sobre o descubrim.to dos cuatagoas (*Ibid.*, p. 536-537).

18. Termo de vereança (ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DE S. PAULO, 1916, p. 157).

entre as Coroas portuguesa e espanhola. Sugiro, assim, a relevância da produção do genealogista em meio às disputas de legitimidade e autonomia em meio às quais movimentava-se a população de São Paulo em meados do século XVIII.

DIVERGÊNCIAS, CONTENDAS E O SIGNIFICADO DOS “PAULISTAS”

Em seu “Voto do Padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da administração dos índios”, datado de 12 de junho de 1694, o referido clérigo propõe-se a responder os pedidos daquela população, que buscava legitimar o uso que faziam dos nativos como servos. Ao definir sobre quais indígenas trataria em sua resposta, logo nas primeiras linhas do voto, Vieira escreve:

São, pois, os ditos índios, aqueles que, vivendo livres, e senhores naturais das suas terras, foram arrancados delas por suma violência e tirania, e trazidos em ferros, com a crueldade que o mundo sabe, morrendo natural e violentamente muitos nos caminhos de muitas léguas, até chegarem às terras de São Paulo, onde os moradores delas – *que daqui por diante chamaremos paulistas* – ou os vendiam, ou se serviam e se servem deles como escravos, esta é a injustiça, esta a miséria, este o estado presente, e isto o que são os índios de São Paulo.¹⁴

No trecho em destaque, vê-se o uso da expressão “paulistas” como equivalente de “moradores de São Paulo”, considerada uma das primeiras ocorrências dessa denominação, além de importante difusora.¹⁵ Todavia, a utilização desse adjetivo pátrio em documentos do final do século XVII e mesmo do começo do seguinte não era generalizada. Na documentação camarária da vila de São Paulo, é no mesmo ano de 1694 e sobre a mesma questão da administração de indígenas pelos particulares que o termo aparece pela primeira vez,¹⁶ sendo usado ainda em 1700 para tratar dos direitos dos “descubridores das minas do ouro”.¹⁷ Sete anos depois, novamente em referência às frutíferas explorações nos sertões, esses homens voltam a ser nomeados os “Paulistas”.¹⁸

Os dois temas – aprisionamento de indígenas e reconhecimento das descobertas auríferas – colocavam os moradores do planalto em contato direto – e, não raro, em grave oposição – com jesuítas e outros colonos, respectivamente. Entre os religiosos da Companhia de Jesus e os moradores de São Paulo, a disputa sobre a legitimidade da arregimentação e administração dos nativos era querela duradoura. A animosidade remonta às invasões dos colonos em missões jesuíticas, entre as décadas de 1620 e

1640, na região do Guairá, área de posse disputada e limites geograficamente imprecisos no interior da América Meridional, para a qual confluíam indígenas de diversas nações, religiosos, portugueses, espanhóis e mesmo outros europeus. Os padres lesados nos ataques dirigiam-se ao rei das Coroas ibéricas, pedindo o retorno dos nativos capturados em missivas que descreviam as ações dos “portugueses de São Paulo” como violentas e heréticas, configurando crime contra Deus e a Coroa, rotineiramente em conluio com os Tupi: “viviam anos nos sertões, tornando-se praticamente bárbaros, amancebando-se continuamente com indígenas”.¹⁹

Pelas mãos dos religiosos agredidos e insultados, foi cunhada a “lenda negra”. Os principais criadores e disseminadores dessas representações teriam sido os padres Simão Masseta, Justo Mancilla, Antonio Ruiz de Montoya e Francisco Dias Taño, cujos textos perseveraram e produziram legados ao longo do século XVII, e mesmo depois disso. Nesses escritos, encontram-se referências aos “Portugueses de San Pablo”,²⁰ “vecinos y moradores de la vila de San Pablo de Piratininga”, “estos de S. Pablo”, “moradores de San Pablo”, “vandoleros de S. Pablo”²¹ e construções similares para referirem-se aos colonos que realizavam “correrias” e assaltos às reduções.

Por sua vez, as sobreditas referências nas atas da Câmara aos descobridores das minas de ouro feitas em 1700 e 1707, em que esses homens são também tidos por “paulistas”, indicam outra faceta da necessidade de diferenciação, qual seja, em relação aos demais colonos que rumavam para aqueles arraiais e povoações, em busca de seu quinhão das explorações. Os moradores de São Paulo identificavam-se como precursores dos descobrimentos e viam como ameaça a chegada de outros colonos. Nesse cenário, a identificação de grupo, a partir da ótica da origem e opondo-se ao “outro”, foi uma das estratégias empregadas nos embates locais e no âmbito do governo colonial. A chamada Guerra dos Emboabas (1707-1709), cujos episódios remontam a período próximo ao das menções do direito dos exploradores de São Paulo na documentação camarária, expõe essa linha de argumentação, segundo a qual os conquistadores originais daquelas riquezas eram identificados como “paulistas” e os adventícios, tanto de outras partes da colônia quanto do Reino, como “emboabas”. Durante as disputas pelos direitos de exploração aurífera nas Minas Gerais, desde fins do Seiscentos, diversos *topoi* referentes aos paulistas circularam na Colônia, principalmente remetendo-se à sua suposta heresia, barbaridade, mestiçagem, isolamento, nomadismo e insubordinação à Coroa. Para Adriana Romeiro, os contatos entre diferentes grupos populacionais da sociedade colonial resultavam na conformação de coletividades e alteridades, igualmente autopercebidas e reconhecidas pelos “outros” – como no caso do epíteto “emboada”.²²

19. Vilardaga (2010, p. 283, grifo do autor).

20. Traslado do auto que mandou fazer d. Luis Diogo de Oliveira, governador do Brasil, sobre as resoluções tomadas quanto à entrada de alguns portugueses no sertão. Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, 27-IX-1629 (CORTESÃO, 1951, p. 306-309).

21. Relação feita pelos padres Justo Mancilla e Simão Masseta, quer ao rei, quer ao provincial Francisco Vazquez de Trujillo, sobre os estragos causados pela grande bandeira de Rapôso Tavares às missões do Guairá nos anos de 1628-1629. Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, 10-X-1629 (*Ibid.*, p. 310-339).

22. Romeiro (2008, p. 225-275).

23. Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. Documentos Históricos, v. XCIII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951 (*apud* FONSECA, 2011, p. 138-139).

24. Romeiro, *op. cit.*, p. 242.

Nos debates acerca das disputas nas áreas recém-ocupadas pelos colonos, é relevante notar a forma como os ministros do Conselho Ultramarino aludem às duas coletividades em conflito, em consulta datada de 17 de julho de 1709. Por um lado, não aderem a nenhuma das adjetivações associadas aos adventícios, referindo-se a eles como “reinóis”, grupo que configurava uma parte significativa dos forasteiros; por outro, remetem-se, repetidas vezes, aos “paulistas”,²³ o que leva a crer que tal qualificação era conhecida e reconhecida, a essa altura, tanto na Colônia quanto no Reino, ao menos nas esferas de contato entre uma e outra. Portanto, assim como nas escaramuças e confrontos entre moradores de São Paulo e jesuítas sobre o apresamento e a administração de indígenas, as reivindicações de poder em função das explorações pelo sertão que localizaram pedras e metais preciosos também foram terreno fértil para a construção de ideias de pertencimento – mesmo que momentâneas e motivadas por interesses específicos – em torno do termo “paulistas”. Como visto nas circunstâncias abordadas, a expressão foi mobilizada ora pelos próprios piratininganos, ora por seus opositores, chegando até a circular no espaço do Conselho Ultramarino – mas, em todos os casos, vinculada a conjunturas de disputa.

A proximidade dos sertanistas de São Paulo com grupos indígenas resultava no afastamento entre eles e os reinóis, tanto pelos costumes diferenciados, quanto pela constante ameaça de mácula nas linhagens. Quando confirmada essa mancha, o desabono significava a impossibilidade de desempenhar funções políticas, de ingressar no universo religioso e de obter privilégios, como terras e outras solicitações feitas à Coroa, uma vez que todas essas atividades requeriam as comprovações de limpeza de sangue e procedência adequada, feitas por meio de investigações cartoriais. Por outro lado, a afinidade de certos colonos com algumas nações de nativos garantiu sua excelência nas incursões pelo sertão e possibilitou descobertas de metais e pedras preciosas – bastante almejadas por sucessivos monarcas portugueses –, além da abertura de caminhos e estabelecimento de povoações, que possibilitavam e consolidavam as incursões exploratórias e a posse de novas porções das áreas coloniais. Além disso, essas entradas resultaram, não raro, nos chamados “descimentos”, conduzindo numerosas populações nativas ao aldeamento, sob o controle dos colonos. E os homens de São Paulo bem souberam mobilizar seus resultados em benefício próprio e de seus descendentes: “Sagazes, [os sertanistas] haviam desenvolvido uma fórmula eficiente para o encaminhamento de suas pretensões, exagerando a relevância dos feitos e invocando, ao mesmo tempo, os sacrifícios e as tribulações sofridas para alcançá-los”.²⁴

Não foram poucas as circunstâncias em que a Coroa portuguesa reconheceu explicitamente as benesses advindas das empreitadas desses sertanistas, remetendo cartas nominalmente endereçadas, em fins do século XVII, referentes a ações

individuais ou coletivas e oferecendo mercês em troca dos serviços prestados. Essas considerações e, nas décadas seguintes, a colaboração direta e indireta na construção de uma representação da colônia como território efetivamente dominado – como realizado no *Mapa das Cortes* –,²⁵ foram entremeadas por disputas de autonomia e legitimidade na capitania de São Vicente e, posteriormente, de São Paulo. A elevação de São Paulo a cidade em 1711 foi sucedida rapidamente pelo desmembramento da sua área em novas capitanias e, por fim, por sua submissão ao governo do Rio de Janeiro, que vigorou de 1748 a 1765.

Durante esse período, Pedro Taques, natural de São Paulo, nascido em 1714 e falecido em 1777, realizou boa parte da sua produção de escritos genealógicos e nobiliárquicos, sendo muitos deles encomendas de seus compatriotas, feitas com o objetivo de atestar laços com a nobreza europeia, limpeza de sangue e serviços prestados à Coroa. Ou seja, comprovações de pertencimento ao Império português, sem desvios ou traições, que garantiriam o merecimento, por direito, de privilégios e benefícios dentro desse universo. Esses escritos seriam uma reação direta à “lenda negra”, especialmente à publicação, em 1757, do livro *Histoire du Paraguay*, de Pierre François Xavier de Charlevoix, “padre jesuíta que nunca esteve no Paraguai”.²⁶ A Guerra dos Emboabas teria, ainda, contribuído para o ressentimento que embasaria as construções historiográficas dos paulistas na segunda metade do século XVIII. Em parte, essa produção buscava atualizar e resolver os conflitos originais daquele embate.²⁷

Ao longo de décadas, foram produzidos supostamente cerca de cem títulos, dos quais chegaram aos nossos dias apenas um quinto ou um quarto, em função de extravios, perdas de originais e do terremoto de grandes proporções que atingiu Lisboa em 1755, onde o genealogista se encontrava, para realizar reivindicações de mercês em nome de algumas das famílias sobre as quais escreveu. Os escritos remanescentes foram transcritos e publicados, primeiro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em fins do século XIX, e depois pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como parte das comemorações do bicentenário de nascimento de Taques, em 1914. Ao que consta, era do interesse do genealogista publicar esses textos reunidos, o que não foi possível durante sua vida. Apesar de os títulos sobreviventes serem apenas uma parcela do total que se acredita que tenha existido, é um volume considerável, que permite discutir essa produção como um todo, em suas estratégias narrativas. Taques pesquisou e reuniu inúmeros documentos em Câmaras, no acervo do Conselho Ultramarino e em cartórios civis e eclesiásticos, além de relatos orais, passados entre gerações e que chegavam a ele por meio de seus familiares e amigos. Utilizando-se desse método, o autor reпреendeu seus

25. Sertanistas (SANTOS, 2018, p. 51-116).

26. Abud (1985, p. 92).

27. Cf. Kobelinski (2008) e Schneider (2016).

28. Santos, op. cit., p. 125-126.

29. Um dos textos mais completos sobre os acontecimentos encontra-se no parágrafo referente a Mathias Cardoso de Almeida (*Ibid.*, p. 44-58).

30. *Ibid.*, p. 125, grifo nosso.

antepassados e contemporâneos que redigiam notas genealógicas se baseando mais nas conversas de seus círculos sociais do que na letra dos manuscritos.

A escrita de Taques é peculiar, não apenas pelo uso da documentação, que permite confirmar versões oficializadas de acontecimentos narrados oralmente por seus contemporâneos, mas também pela maneira como descreve certas circunstâncias e como qualifica seus personagens. É possível apreender essas particularidades tanto pela análise do modo como o autor constrói seus textos quanto pela comparação com as partes que, por motivos circunstanciais, acabaram sendo redigidas por outras pessoas. É o caso de trecho do título referente à família Affonso Gaya,²⁸ escrito por Manoel Angelo Figueira de Aguiar, bisneto de um dos fundadores do mesmo tronco na capitania de São Paulo, que tomou parte em entradas pelo sertão da Bahia empreendidas por seus tios, ficando assim habilitado a dar notícias desses e de seus descendentes. Nesses parágrafos, nota-se a quase ausência de datas relativas aos nascimentos, casamentos ou óbitos, justificável por serem informações conhecidas sem consulta aos cartórios.

Não há, tampouco, referências a reconhecimentos obtidos pelas ações realizadas, ainda que o próprio pai de Manoel Angelo, Antonio Gonçalves Figueira, tenha participado de combates contra nações indígenas no Rio Grande do Norte, em campanha de sucesso celebrada recorrentemente nas várias famílias sobre as quais escreveu Taques.²⁹ Nas palavras do genealogista, Figueira atuou “no real serviço à sua custa [...] em praça de soldado, e alferes do terço dos paulistas”;³⁰ já nas partes redigidas por seu filho, não encontramos descrições mais pormenorizadas das atuações dos parentes, referências a seus serviços ou menções a serem “paulistas”. Essa especificidade mostra-se relevante, pois a caracterização por meio do adjetivo pátrio, que poderia ser entendida como banal numa genealogia referente à população de uma única capitania, é mobilizada por Taques de maneira precisa e circunscrita, como demonstro a seguir, o que explica sua ausência em excertos de outros autores.

Os textos redigidos por Pedro Taques destacam-se do campo da genealogia, em seu sentido mais estrito, por incluírem outras informações além dos dados de parentesco. Nos títulos remanescentes, são notáveis as interrupções regulares dos parágrafos, com digressões nas quais o autor insere narrativas de feitos e acontecimentos que se estendem, algumas vezes, por mais de uma dezena de páginas. De modo geral, as digressões tratam de participações e lideranças em combates aos inimigos nativos e europeus ou de explorações de minérios e pedras preciosas. Algumas dessas narrativas aproximavam várias famílias, por reunirem membros de linhagens distintas, em corpos de batalha, em expedições ao sertão e em menções de reconhecimento da Coroa. As principais narrativas veiculadas

nos títulos existentes descrevem ações que ocorreram nas capitanias de norte a sul, incluindo regiões de fronteira, realizadas contra indígenas, europeus e escravizados fugidos, principalmente no século XVII, mas também com algumas guerras já em meados do século XVIII. Nota-se o uso repetido da expressão “conquistas” para tratar de boa parte dessas ações, remetendo à expansão do Império português e anexação de territórios ultramarinos.³¹

OS TEXTOS DE TAQUES EM OLHAR PANORÂMICO

Essas pequenas histórias de conquistadores e seus empreendimentos são constantes em praticamente todas as famílias descritas, mas os predicados que carregam não são distribuídos igualmente entre todos os seus membros. Para apreender as variações e padrões de descrição construídos por Taques, sistematizei as informações referentes aos tipos de qualificação encontrados, por meio da confecção de uma tabela, com 2.006 linhas ao todo que correspondem ao número de membros das famílias para os quais são feitas ao menos uma das observações listadas no Quadro 1. Nota-se o significativo número de repetições dos mesmos indivíduos em diferentes títulos e mesmo no interior de uma única linhagem, em função das relações endógenas e de compadrio estabelecidas entre as famílias da capitania de São Vicente e posteriormente de São Paulo, desde o início da colonização desse território. Excluindo da tabela as menções repetidas, chega-se a um total de 1.642 pessoas, entre homens e mulheres, que representam minoria indiscutível.³²

Outros tipos de predicados são indicados por Taques, como o engajamento em atividades religiosas – por exemplo, envio de filhas para conventos ou filhos para serem ordenados e construção de capelas – e demonstrações de costumes nobres – como domínio da montaria³³ e do oferecimento de boas condições para receber convidados e hóspedes, do que trato em momento oportuno. As menções enumeradas no Quadro 1, no entanto, abordam mais diretamente as atividades de relacionamento com grupos indígenas, de circulação no interior da colônia e de organização do território e da vida civil.

31. Ver os trechos contidos em Leme (op. cit.) nas páginas: t. 1, p. 163, 166-173, 208, 232-237, 271 e 276-277; t. 2, p. 44-58, 46, 47, 54, 54-58, 58, 85, 164, 178-180 e 275-283; t. 3, p. 31, 61-78 e 241-244. Algumas das narrativas repetem-se em títulos variados, por envolverem homens de diversas famílias.

32. A exclusão das repetições foi realizada de maneira conservadora, ou seja, preservando nomes duplicados em casos de dúvida ou de impossibilidade de comprovação de tratar-se da mesma pessoa. Essa diretriz foi tomada principalmente por ser comum, no período em questão, a presença de homônimos, tanto por razões circunstanciais quanto pela costumeira mobilização de nomes de avós, pais, mães, tios e tias para as descendências.

33. O domínio das artes de guerra era atribuição dos homens, entretanto Taques registra uma exceção, que consideramos digna de nota, ainda que não haja condições para nomear a mulher de quem fala o autor: “Entre muitos se fez distinto Manoel Galvão, capitão de infantaria da praça do Rio de Janeiro, que montado a cavalo, com a espada na mão, feria e matava, animando a todos, e reforçando por muitas partes os batalhões, até perder a vida. Imitou os seus altos espíritos sua mulher d. N..., que, ao lado do marido, movia a espada, tão ligeira, que parecia raio, e continuou assim ainda depois do o ver morto até que teve a mesma sorte que a de seu esposo. É lástima não declarar-se o nome desta matrona” (Leme, op. cit., t. 2, p. 259).

Quadro 1 – Qualificações encontradas nas descrições genealógicas e seus conteúdos.

QUALIFICAÇÕES	CONTEÚDOS
CARGOS	Ocupação de cargos de “governança da população” ou cargos administrativos, militares, civis ou jurídicos e serviços “à república” ou “real serviço”, usando os termos do próprio Taques. Isso inclui geralmente a participação ativa na vida política de vilas e cidades na colônia, bem como a ostentação de posições de liderança em guerras e a organização de quadros militares.
PRIVILÉGIOS	Pedidos e oferecimentos de mercês, privilégios, ofícios, sesmarias e patentes, ou seja, solicitações que em geral se baseiam no direito hereditário, por casamento ou por merecimento, com comprovação de serviços prestados ou cumprimento de requerimentos da Coroa.
GUERRAS	Participação ativa em guerras. É importante notar que nem sempre a participação em ações de defesa ou ataque de indígenas e europeus acontecia mediante organização oficial, com distribuição de patentes, de forma que foi necessária a criação dessa categoria separada, para indicar as menções de engajamento em batalhas variadas, mesmo que motivadas por interesses particulares.
CONQUISTA DE INDÍGENAS	Conquista de grupos indígenas e, conseqüentemente, liberação de terras e territórios para usos de colonização. Inclui ainda a redução de nativos, ou seja, escravização dos chamados “negros da terra” para uso nas empreitadas dos colonos. Esse é quase um tipo de batalha específico, bastante realizado por iniciativa particular, o que era um dos pontos de tensão entre sertanistas e a Coroa portuguesa.
ENTRADAS	Entradas pelo sertão, que por vezes se relacionavam com a própria “guerra aos gentios” – para usar expressão corrente do período em questão –, mas que também podiam ser ações de exploração de recursos ou de abertura de caminhos.
MINAS	Identificação ou busca de minas auríferas, de outros metais ou de pedras preciosas, bem como a ida a essas regiões, após o seu “descobrimto” ser comprovado, e o estabelecimento nelas. Apontamos não só para as empreitadas exploradoras, mas também para a mobilidade dessas populações. É nesses apontamentos que verifico o maior número de mulheres na tabela.
RECURSOS PARTICULARES	Uso dos próprios recursos; aspecto discriminado por Taques em vários pontos das genealogias e que se refere à condição de “nobreza” desses homens, mesmo que não efetiva, e à sua servidão como vassalos da Coroa portuguesa, dispostos a utilizar seus próprios cabedais para o bem comum e enriquecimento da fazenda real.
“PAULISTA”	Menção a um indivíduo como “paulista” ou a um grupo como “paulistas”. Em geral, aparece como substantivo, mas, em raras ocasiões, essa referência é usada também como adjetivo, principalmente em referência às tropas. Essa qualificação figura exclusivamente para homens.
“MAMELUCO” / “MAMELUCA”	Menção à condição de “mameluco” ou “mameluca”. Nem sempre o autor emprega exatamente esses termos quando se remete a essa condição, de modo que foram incluídas referências indiretas.

Fonte: Elaboração da autora com base em Leme (1980, 3 t.)

A título de exemplo, apresento a tabela referente à família dos Bueno da Ribeira (Tabela 1),³⁴ na qual observa-se a distribuição das características previamente descritas por cada um de seus membros, conforme as indicações de Taques. Como se vê, a tabela contém, sucessivamente, a partir da primeira coluna: as nomenclaturas das famílias, correspondentes aos títulos das genealogias; os nomes dos membros, que compõem os parágrafos de cada título; a estimativa, por século, do período de vida desses membros; e uma coluna para cada ocorrência das qualificações examinadas, com a marcação das páginas nas quais se encontram as ocorrências. É importante ressaltar que só constam na tabela os nomes das pessoas que têm alguma dessas características, ou seja, que circulam entre essas possibilidades de ação e de reconhecimento, portanto o número de mulheres é reduzido, aparecendo apenas em casos de estabelecimento em regiões de mineração.

34. Na tabela foram usadas algumas convenções para facilitar a inserção dos dados: o sinal de positivo, “+”, corresponde a mais ocorrências na mesma página; e o asterisco, “*”, indica que uma mesma ocorrência se refere a mais de uma pessoa, sendo todas indicadas com esse símbolo. Os nomes próprios e sobrenomes foram simplificados, aproximando-se da grafia corrente – por exemplo, nas letras duplicadas ou uso de “h” mudo –, de modo a facilitar a identificação de menções correspondentes à mesma pessoa em parágrafos ou títulos diversos.

Tabela 1 – Qualificações referente à família Bueno da Ribeira.

FAMÍLIA	MEMBRO	PERÍODO DE VIDA	CARGOS	PRIVILÉGIOS	GUERRAS	CONQUISTA DE INDÍGENAS	ENTRADAS	MINAS	RECURSOS PARTICULARES	"PAULISTA"	"MAMELUCO" / "MAMELUCA"
BUENOS DA RIBEIRA (chegada a S. Paulo em 1571)	Bartholomeu Bueno da Ribeira	XVI-XVII	75								
	Amador Bueno	XVII	76	76, 77		75			76	75, 77	
	Manoel Preto	XVII				79	79			79, 81	79
	Paulo do Amaral	XVII	82								
	Fernando Dias Paes		83								
	Domingos da Silva Bueno	XVII-XVIII	84		87			85	85, 87	84, 87	
	Domingos Dias da Silva	XVII-XVIII			87				87	87	
	Manoel Carvalho da Silva Bueno	XVIII	87							88	
	Domingos da Silva Bueno, filho	XVIII	88					88			
	Gaspar Teixeira de Azevedo	XVII	89								
	Gaspar Leite Cesar	XVII	90								
	João Caetano Leite Cesar de Azevedo	XVIII							90		
	Gaspar Leite	XVIII							90		
	Francisco Xavier Julio	XVIII							91		
	Manoel Angelo Figueira e Aguiar	XVIII	91								
	Cypriano Tavares	XVII	92, 94								
	Estevão Fernandes Carneiro	XVII-XVIII	92								
	Bernardo Rodrigues do Valle	XVIII	93								
	Francisco de Abreu Castello-Branco de Figueiredo Pimentel	XVIII	94								
	Domingos da Silva Monteiro	XVII	94								
	Domingos da Silva Monteiro, filho	XVII-XVIII	94								
	João Correa da Silva	XVII-XVIII						94			
	Diogo Bueno	XVII	95								
	Manoel Bueno da Fonseca	XVII-XVIII	95, 96	95, 96						96	
	Diogo Domingues		96								
	Manoel de Carvalho de Aguiar		96								
	Paulo da Fonseca Bueno	XVII-XVIII	97								
	Antonio Raposo da Silveira		97								
	José de Aguirre de Camargo	XVIII	97								
	Salvador Jorge Velho		97								
	Francisco Bueno Luiz da Fonseca	XVIII	97						97		
	Bartholomeu Bueno do Prado	XVIII	97								
	Domingos Rodrigues do Prado	XVII-XVIII	97						97		
	Diogo Bueno da Fonseca	XVIII	98	98				98	98	98	
	Francisco Bueno da Fonseca	XVIII		98				98	98	98	
	Salvador Jorge Bueno	XVIII		98				98	98	98	
	Manoel Francisco Xavier Bueno		98								
	Domingos Rodrigues da Fonseca		98								
	João Franco Viegas	XVIII							99		
	João de Siqueira Preto		100								
	João Dias da Silva	XVIII	100								
	Sebastião Preto Moreira	XVII	100								
	Innocencio Preto	XVII	100								
	Innocencio Preto Moreira	XVII-XVIII	101								
	Lourenço Franco	XVII	101	101	101						
	João Franco Viegas	XVIII								102	
	Manoel Lobo Franco	XVII		103							
Claro Francisco Nogueira	XVIII	105									
Fernando Leite Guimarães		105									
João Ferreira de Oliveira	XVIII	105	106								
Antonio Ferreira	XVIII	106									
José Gomes Palheiros		106									
Estevão da Cunha de Abreu	XVII	106									
Francisco Bueno	XVII	107									
Bartholomeu Bueno	XVII									107	
Bartholomeu Bueno, filho	XVII	108									
Francisco da Costa Valladares	XVII	108									
Hieronimo Bueno	XVII	108				108	108				
Manoel Preto	XVII					108	108				
Hieronimo Bueno, filho	XVII					109	109				
João Ferreira Pimentel de Tavora	XVII	110									
Francisco de Camargo	XVII	110									

Fonte: Elaboração da autora com base em Leme (1980, t. 1, cap. 1, p. 75-110).

O que a sistematização nesse formato permite entender é como essas características se relacionam, para além das descrições individuais – que é como aparecem nos textos das genealogias –, criando caracterizações coletivas e permitindo visualizar a formação de padrões, a partir de repetições de certas combinações de ocorrências. Dessa maneira, circunscrevo a estratégia narrativa que configura uma coletividade para esse grupo, ou seja, o reconhecimento, entre esses homens, de que suas trajetórias e posições no espaço social colonial equivaliam-se e eram intrinsecamente relacionadas, independente de seus laços diretos. Além disso, a visualização isolada dos conjuntos que reúnem uma mesma característica – ou seja, a apreensão individual de uma das colunas ou atributos – possibilita investigar mais detidamente certos agrupamentos da população da capitania, definidos e contidos dentro das redes de parentesco, amizade e compadrio. É o caso dos “paulistas”, grupo formado pelos homens – note-se que não há mulheres com essa denominação – assim indicados por Taques (Tabela 2).³⁵ As particularidades dos habitantes de São Paulo enquanto “grupo étnico”, crescentes entre os séculos XVII e XVIII, são observadas por autores como John Russell-Wood, Alberto Schneider e Katia Abud, baseando-se na documentação coeva, seja pela maneira como são retratados em comunicações redigidas por membros da administração colonial e da Coroa, seja pela própria pena de paulistas, como Domingos Jorge Velho, contratado para extinguir o Quilombo dos Palmares, em fins do Seiscentos.³⁶

Em seus textos genealógicos, Pedro Taques diferencia pessoas “naturais de São Paulo” daquelas consideradas “cidadãs de São Paulo”, sem discriminação aparente entre as duas possibilidades, no que diz respeito ao prestígio que poderia ser alcançado entre os demais habitantes. As primeiras eram aquelas sabidamente nascidas na cidade ou na capitania, e as últimas, aquelas que se estabeleceram nesses territórios, participando ativamente da vida civil, em cargos políticos ou jurídicos. Nenhuma das duas qualificações confunde-se com “paulista”; na tabela completa, essa caracterização aparece apenas para 173 das 2.006 pessoas para as quais são feitas referências de participação em atividades da vida civil, política, militar e econômica da colônia, ou seja, pouco mais de 8,6% do conjunto completo – que corresponde ainda a uma fração dos componentes dessas linhagens familiares. Se tomarmos a tabela em que são descontadas as repetições, somamos 144 menções em 1.642 pessoas, o que representa cerca de 8,75%, mantendo uma proporção consistente nos dois formatos de sistematização. Para as análises de discurso, uso a tabela completa de menções aos “paulistas”, uma vez que ela permite visualizar todas as ocorrências dessa qualificação, incluindo as digressões, reproduzidas em mais de um título, muitas vezes repetindo-se os mesmos formatos de texto e os documentos mobilizados para legitimação das narrativas criadas.

35. A imagem não oferece perfeita legibilidade dos nomes por ser dado secundário para a análise empreendida, a partir da qual verifica-se graficamente o maior preenchimento da tabela nos casos de “paulistas” do que no total das pessoas citadas.

36. Russell-Wood (1999), Schneider, op. cit., e Abud, op. cit. Sobre Domingos Jorge Velhos, ver o artigo de Alberto Schneider.

Na Tabela 2, percebe-se visualmente que o preenchimento das colunas relativas aos predicados descritos por Taques é mais frequente para os “paulistas” do que para o total dos membros que compõe a tabela, como se vê comparando as Tabelas 1 e 2. O exame quantitativo, apresentado nas Tabelas 3 e 4, confirma essa percepção para quase todas as qualificações estudadas. Em cinza, indico as categorias em que há aumento da proporção de ocorrências, a saber, “privilégios”, “guerras”, “conquista de indígenas”, “entradas”, “minas”, “recursos particulares” e “mamelucos/mamelucas”. Novamente, a aproximação entre os números das tabelas completa e sem repetições aponta para a consistência dos atributos em qualquer das situações analisadas.

Tabela 2 – “Paulistas”, conforme indicações de Taques.

MEMBRO	PERÍODO DE VIDA	CARGOS	PRIVILÉGIOS	GUERRAS	CONQUISTA DE INDÍGENAS	ENTRADAS	MINAS	RECURSOS PARTICULARES	"PAULISTA"	"MAMELUCO" / "MAMELUCA"
Amador Bueno	XVII	76	76, 77		75			76	75, 77	
Manoel Preto	XVIII				79	79			79, 81	79
Domingos da Silva Bueno	XVII-XVIII	84		87			85	85, 87	84, 87	
Domingos Dias da Silva	XVII-XVIII			87				87	87	
Manoel Carvalho da Silva Bueno	XVIII	87								88
Manoel Bueno da Fonseca	XVII-XVIII	95, 96	95, 96							96
João Franco Viegas	XVIII									102
Afonso Sardinha	XVI-XVII						112			112
Pedro Sardinha	XVI-XVII						112			112
Guilherme Pompeo de Almeida	XVII	115			115			115		115
Guilherme Pompeo de Almeida, filho	XVII-XVIII	124						118		117, 119
Carlos Pedroso da Silveira	XVII-XVIII					120	120			120
Bartholomeu Bueno da Siqueira	XVII-XVIII					120	120			120
Lourenço Castanho Taques	XVIII	124, 129	125, 129	125, 129	129	129, 129	129, 129	124, 129	124, 125, 125	
Lourenço Castanho Taques, filho	XVII-XVIII	130	130					130		131
Domingos Dias da Silva	XVII-XVIII	133	134	133			133	133	133	
Manoel Dias da Silva	XVII-XVIII	134	134, 138	134-136		134-136	134, 138	134, 138	134, 135, 136, 138	
Pedro Vaz de Barros										139
Pedro Taques de Almeida	XVII-XVIII	146-147	146, 150-151					146, 149		147
José de Góes e Siqueira	XVIII	155								155, 156
Simão de Toledo e Almeida (cunhado de Rendon)	XVIII	163		163						163+, 165++ 165
Miguel Pedroso Leite	XVIII	163		163	163	163				163
Fernando Dias Falcão	XVII-XVIII	177	178		180	180		177	177, 180	
Afonso Sardinha	XVI-XVII	179					178, 179	178, 179		178
Antonio de Almeida Falcão	XVII-XVIII	180	180		180, 181	180, 181	180	180, 181	181+++	182+
José Paes Falcão	XVIII	182, 183		183				182	183, 183	182
João Antunes Maciel	XVIII	188	188					188	188	188
Antonio de Almeida Lara	XVIII	193, 194				192	192, 193, 193	193		193
João Pires Rodrigues	XVII-XVIII	199								199
Manoel Lopes de Medeiros	XVII-XVIII	205	205							205
Thomé de Almeida Lara	XVIII	208		208						208
João de Toledo Castelhanos	XVII									208
Antonio de Proença	XVI	223+, 224+, 225 224						223		223
Antonio Castanho da Silva	XVI-XVII	228			228	228	228			228
Antonio Pereira de Azevedo	XVII	232	237	232		232		232	235+, 236, 237	
Paschoal Moreira Cabral	XVII-XVIII	239				239	239			239
Laurenço Castanho Taques	XVIII	258	258			258	258	258		258
Mathias Cardoso de Almeida	XVII	264	264, 265	264, 264	264, 265	264	264	264		264, 265
Antonio Rodrigues de Medeiros, o Tripohy		266						266		266
Diogo de Lara Moraes	XVII-XVIII	270					270, 270			270+, 271
Antonio de Oliveira Pedroso	XVIII	271	271	271						271
Gaspar de Godoy Colação		272	272	272	272					272
Antonio Rodrigues de Medeiros		7								6

Amador Bueno da Veiga	XVII-XVIII	17, 17	17	17	17	17			17
Hieronimo de Camargo	XVII								23
João Gago Pais	XVII-XVIII								27
Domingos Rodrigues do Prado, filho	XVII-XVIII						33, 33		33
Mathias Cardoso de Almeida	XVII	44-58*	44-58*	44-58*	44-58*	43, 44-58*	44-58*	44-58*	51*, 52+, 56++, 58
Manoel de Borba Gatto	XVII-XVIII					45, 54	45, 54		54
Rodrigo de Castel Blanco	XVII	45, 46, 51				46, 51	46, 51		51
Jorge Soares de Macedo	XVII-XVIII	46, 47	47			46, 47	46, 47		49
Gabriel de Lara	XVII	50				50	50	51	50*
João de Araujo	XVII					50	50	51	50*
Salvador Jorge Velho	XVII					51	51	51	51
Hieronimo de Camargo	XVII					51			51*
Antonio de Siqueira de Mendonça	XVII					51			51*
Pedro da Rocha Pimental	XVII					51			51*
Francisco Dias de Siqueira	XVII-XVIII			58	58				58
Antonio da Cunha Gago	XVII								60
João Pires de Brito	XVII-XVIII	65							65
Francisco Dias de Siqueira, o Apuá	XVII-XVIII	76		77	76, 77	76, 77			76
Salvador Pires, neto	XVI-XVII	80							80
João Pires	XVI-XVII								89
Alexandre Correa da Silva	XVII-XVIII	95							95
Antonio da Cunha e Abreu	XVII	101, 102	101	101, 101		101		101	101, 101
Feliciano Cardoso	XVI-XVII	103		103	103	103			103
Martim Garcia Lumbria	XVII-XVIII	105	105						105, 105
Manoel Affonso Gaya, filho	XVII	123				123	123		123, 124
Antonio Gonçalves Figueira	XVII-XVIII	125		125	125	125		125	125
Rodrigo Bicudo Chassim	XVII-XVIII	160, 161, 162		161			161, 161	161	161
Bento da Gama de Alvarenga Chassim	XVIII	164		164					164+++
Garcia Rodrigues Batim	XVII						167		167
Filippe de Campos	XVII	173							173
Manoel de Campos Bicudo	XVII-XVIII	177		177	177	177			177, 177, 177
Alexandre Luiz de Sousa e Menezes	XVIII	194	194	194		194	194	196	194, 195
Mathias Cardoso de Almeida	XVII	197	198, 198, 201	197, 198, 200, 201	197, 198, 200, 201	197, 198, 200, 201	198, 198, 200	199, 200	199, 200, 201
Carlos Pedroso da Silveira	XVII-XVIII						199		199*
Bartholomeu de Siqueira	XVII-XVIII						199		199*
Manoel de Borba Gatto	XVII								200
Gabriel Antunes Maciel	XVII-XVIII					207			207
Pedro Ortiz de Camargo	XVII-XVIII	213							213, 213, 213
Jacinto Barbosa Lopes	XVII-XVIII	214					214		214
Carlos Pedroso da Silveira	XVII-XVIII	228, 230, 230	232, 232			228	228	228, 230	229
Domingos da Silva Bueno	XVII-XVIII	229		229			229		229
Domingos de Amores	XVII-XVIII	229	229				229		229
Amador Bueno	XVI-XVII								251
Jacinto Moreira Cabral	XVIII	252				252	252		252*
Paschoal Moreira Cabral	XVII	252				252	252		252*
Pedro Mathews Rendon	XVII						254		254
Fernão Dias Paes de Barros	XVII	254						255	254*
Fernão Dias Paes Leme	XVII	254							254*
Braz Rodrigues de Arzão	XVII	255	255			255	255		255, 257*
Antonio Affonso Vidal	XVIII	255	255			255	255		255, 257*
Manoel da Fonseca	XVII	256				256	256		256*
Manoel da Costa Duarte	XVII	256, 256				256	256		256*
João Carvalho	XVII	256				256	256		256*
João de Góes Raposo	XVII	256				256	256		256*
Manoel de Góes Raposo	XVIII	256				256	256		256*
Francisco Dias Velho	XVII	256				256	256		256*
José Dias Velho	XVII	256				256	256		256*
Manoel Lopes de Medeiros	XVII-XVIII	265, 266	265				266		265, 266, 266
João Carvalho da Silva	XVII-XVIII						266		266
Francisco Rendon de Quebedo	XVI-XVII	275	276, 283	276, 283				278, 283	276, 277, 280
Luiz Pedroso de Barros	XVII	277	277	277, 282		282			277*
Antonio Raposo Tavares	XVII	277	277	277					277*
Diogo da Costa Tavares	XVII	277	277	277					277*
Manoel Fernandes de Abreu	XVII	277	277	277					277*
João Paes Florião	XVII	277	277	277, 282		282			277*
João Martins Esturiano	XVII	280	280	280, 282	280	280, 282			280
João Martins Barros	XVIII	18				18			18, 18
Salvador Jorge Velho	XVIII	18				18			18
Pedro Leme da Silva	XVII-XVIII				19	19			19+, 20++++, 21+

João Leme da Silva	XVII-XVIII	28, 30	28, 30		22	22	27		24*+44+, 25*
Lourenço Leme da Silva	XVII-XVIII	28, 30	28, 30		22	22	27		24*+44+, 25*
Carlos Pedrosa da Silveira	XVII-XVIII						23	23	23*, 23*
Bartholomeu Bueno de Siqueira	XVII-XVIII						23	23	23*, 23*
Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho	XVII-XVIII	25, 26		25, 26				26	26
Amador Bueno da Veiga	XVII-XVIII	25		25, 26					25, 25
Domingos da Silva Bueno	XVII-XVIII	26							26
Rodrigo Cesar de Menezes	XVII-XVIII	26							27, 27
Antonio Fernandes de Abreu	XVII-XVIII	31		31	31	31			31
Estevão Ribeiro Bayão Parente	XVII-XVIII	31			31	31			31
Manoel de Chaves	XVIII	49	49						49
Pedro Dias Paes Leme	XVI-XVII	57							57
Fernão Dias Paes, governador das esmeraldas	XVIII	61-78*	61, 62, 63+, 66 66		61-78*	61-78*	61-78*	63+, 66, 70, 76	61, 66, 70
Mathias Cardoso de Almeida	XVIII						66	66	66
Carlos Pedrosa da Silveira	XVIII						67	67	67*
Bartholomeu Bueno de Siqueira	XVIII						67	67	67*
Francisco João da Cunha	XVIII	69					69	69	77
Jeronymo de Camargo	XVIII						75	75	75*, 75*
Mathias Cardoso de Almeida	XVIII	75					75	75	75*, 75*, 75*, 77
Braz Rodrigues de Arzão	XVIII	75, 76					75	75	75*, 75*, 75*
Antonio de Siqueira de Mendonça	XVIII						75	75	75*, 75*
Pedro da Rocha Pimentel	XVIII						75	75	75*, 75*
Antonio Affonso Vidal	XVIII	76						75	75*
Estevão Sanches de Pontes	XVIII	76						75	75*
Manoel Cardoso de Almeida	XVIII							75	75*
André Furtado	XVIII							75	75*
Salvador Jorge Velho	XVII-XVIII	79						79	79
Timotheo Correa de Góes	XVII-XVIII	104-110*	104						104
Pedro Taques de Almeida	XVII-XVIII	105-109*	105						107*, 108*
Fernão Paes de Barros	XVII-XVIII								107*, 108*
Pedro Vaz de Barros	XVII-XVIII								107*, 108*
Antonio Pedrosa de Barros	XVII-XVIII								107*, 108*
Luiz Pedrosa de Barros	XVII-XVIII	107							107*, 108*
Francisco de Almeida Lara	XVII-XVIII								107*, 108*
João Pires Rodrigues de Almeida	XVII-XVIII								107*, 108*
José Pires de Almeida	XVII-XVIII								107*, 108*
Salvador Pires de Almeida	XVII-XVIII								107*, 108*
Pedro Taques Pires	XVII-XVIII								107*, 108*
Luiz Pedrosa de Almeida	XVII-XVIII								107*, 108*
Antonio Pompeu Taques	XVII-XVIII								107*, 108*
José Pompeu de Almeida	XVII-XVIII								107*, 108*
Maximiano de Góes e Siqueira	XVII-XVIII								107*, 108*
Lourenço Castanho Taques	XVII-XVIII								107*, 108*
Guilherme Pompeu de Almeida	XVII-XVIII							108	107*, 108*
Pedro Frazão de Brito	XVII-XVIII	108							107*, 108*
Manoel de Brito Nogueira		108							107*, 108*
Manoel Affonso Gaya, filho	XVIII	116				116			116, 116
Luiz Dias Leme	XVI-XVII	123	123	123					123
Amador Bueno	XVI-XVII			123					123
Gaspar Gonçalves Moreira	XVII-XVIII								157
Sebastião Paes de Barros		159				159			159
Balthazar de Godoy	XVII-XVIII	163						163	163
Gaspar de Godoy Colaço	XVII-XVIII	164	164			164			164
Braz Esteves Leme	XVII-XVIII	175	175						175
Pedro Vaz de Barros, o Pedro Vaz Guassú	XVIII	205		205	205	205	205	205, 206	206
Fernão Paes de Barros	XVII-XVIII	206	207	207				207+44+, 208+44+	208
Gaspar Velho Cabral	XVIII	227, 233		227, 233	233	227, 233		233	233
Hieronimo Pedrosa de Barros	XVII-XVIII	238					237		237, 237
José Manoel Leite Penteado	XVIII	241, 243		243		243	241, 243	241	241
Domingos Rodrigues da Fonseca	XVII-XVIII	244					244		244, 244
Antonio Pedrosa de Alvarenga	XVI-XVII	280	280		280	280, 280, 281	280	280	280

Fonte: Elaboração da autora com base em Leme (1980, 3 t.).

Tabela 3 – Ocorrência de cada qualificação no conjunto total e no conjunto de “paulistas”, na tabela completa.

QUALIFICAÇÃO	OCORRÊNCIA NO CONJUNTO TOTAL	OCORRÊNCIA NO CONJUNTO TOTAL (%)	OCORRÊNCIA EM “PAULISTAS”	OCORRÊNCIA EM “PAULISTAS” (%)
CARGOS	1467	73,13%	117	67,63%
PRIVILÉGIOS	236	11,76%	48	27,75%
GUERRAS	204	10,17%	42	24,28%
CONQUISTA DE INDÍGENAS	152	7,58%	28	16,18%
ENTRADAS	252	12,56%	75	43,35%
MINAS	580	28,91%	81	46,82%
RECURSOS PARTICULARES	82	4,09%	43	24,86%
“PAULISTA”	173	8,62%	173	100,00%
“MAMELUCO” / “MAMELUCA”	35	1,74%	4	2,31%

Fonte: Elaboração da autora com base em Leme (1980, 3 t.).

Tabela 4 – Ocorrência de cada qualificação no conjunto total e no conjunto de “paulistas”, na tabela sem repetições.

QUALIFICAÇÃO	OCORRÊNCIA NO CONJUNTO SEM REPETIÇÃO	OCORRÊNCIA NO CONJUNTO SEM REPETIÇÃO (%)	OCORRÊNCIA EM “PAULISTAS” SEM REPETIÇÃO	OCORRÊNCIA EM “PAULISTAS” SEM REPETIÇÃO (%)
CARGOS	1164	70,89%	98	68,06%
PRIVILÉGIOS	176	10,72%	36	25,00%
GUERRAS	155	9,44%	36	25,00%
CONQUISTA DE INDÍGENAS	117	7,13%	26	18,06%
ENTRADAS	188	11,45%	62	43,06%
MINAS	491	29,90%	66	45,83%
RECURSOS PARTICULARES	64	3,90%	33	22,92%
“PAULISTA”	144	8,77%	144	100,00%
“MAMELUCO” / “MAMELUCA”	35	2,13%	4	2,78%

Fonte: Elaboração da autora com base em Leme (1980, 3 t.).

A pequena queda com relação à ocupação de cargos civis, jurídicos, políticos e militares é concordante com o maior número de empreitadas particulares, movidas pelos interesses desses homens e nem sempre autorizadas pela Coroa, mesmo que eventualmente reconhecidas como benéficas. A variação entre essas proporcionalidades (Tabela 5), indica que o uso dos próprios cabedais é a característica com maior incremento entre o total das pessoas mencionadas e os “paulistas”.

Tabela 5 – Variação na proporção de menções de cada qualificação entre o total da população e os “paulistas”, nas tabelas completa e sem repetição, em ordem decrescente.

QUALIFICAÇÃO	VARIAÇÃO PROPORCIONAL NO CONJUNTO TOTAL	VARIAÇÃO PROPORCIONAL NO CONJUNTO SEM REPETIÇÕES
RECURSOS PARTICULARES	608,05%	587,96%
ENTRADAS	345,10%	376,05%
GUERRAS	238,73%	264,84%
PRIVILÉGIOS	235,84%	233,24%
CONQUISTA DE INDÍGENAS	213,60%	253,40%
MINAS	161,94%	153,28%
“MAMELUCO” / “MAMELUCA”	132,52%	130,32%
CARGOS	92,48%	96,00%

Fonte: Elaboração da autora com base em Leme (1980, 3 t.).

Em outras palavras, o atributo “paulista” é conferido àqueles mais envolvidos nas ações de penetração territorial, em guerras contra indígenas e europeus, na exploração inicial ou posterior de regiões mineradoras e no uso de recursos próprios – e não a qualquer pessoa nascida ou fixada nessa localidade. O que poderia ser uma percepção sugerida pela leitura livre dos títulos mostra-se, por meio da análise quantitativa e sistematizada de termos e menções, uma verdadeira e consciente estratégia de construção narrativa, que, pela repetição, vai consolidando um passado específico para um restrito grupo populacional, atravessando gerações. Para ser “paulista”, na criação genealógica e nobiliárquica de Taques, não bastava nascer, ser criado, firmar residência ou prosperar no território da capitania – era preciso se constituir assim, por meio de ações e qualidades particulares. As digressões do genealogista e a reprodução de certas expressões e construções textuais apresentam reforços dessa caracterização, que incrementam a distinção

entre “paulistas” e o restante da população, da capitania ou de fora dela. Em sua produção, Taques apropria-se das menções costumeiras aos “paulistas” – vinculadas às atividades exploradoras, como visto anteriormente – e busca ater a elas os atributos mais adequados aos interesses desse grupo, a saber, a vassalagem e a nobreza que residiriam em suas ações e incursões pelo sertão.

37. Romeiro, op. cit., p. 234.

38. Russell-Wood, op. cit., p. 104.

39. Madre de Deus (1975 [1797], p. 131, grifo do autor).

FAMÍLIAS E MESTIÇAGEM: SOLUCIONANDO OS NÓS ENTRE NATIVOS E “PAULISTAS”

Ponto central a ser equacionado nas narrativas construídas por Pedro Taques para si e para os seus era a relação com os grupos indígenas, amplamente registrada desde o século XVII³⁷ e continuamente presente nas produções eruditas e documentais oitocentistas.³⁸ As parcerias de longa data estendiam-se pelos troncos familiares das linhagens que se alardeavam como primeiras povoadoras da capitania de São Paulo e exímias exploradoras de todo o território disputado na colonização. Ainda que esses feitos fossem recorrentemente fundantes dos pedidos de mercês, cabia aos requisitantes minimizar os aspectos pouco atrativos dessas empreitadas. Nas nobiliarquias produzidas por Taques, e em consonância com os ideais atribuídos aos “paulistas”, são inúmeras as ocorrências de valorização das relações entre o grupo e os habitantes originários da América, ao mesmo tempo reposicionando essa convivência em um passado devidamente superado.

Atendo-se especificamente à questão da presença de indígenas nas casas e atividades dos “paulistas” e o contexto de reconstrução do imaginário nas narrativas de Pedro Taques, é fundamental observar como esse grupo de mestiços e seus descendentes aparecem nas genealogias – maneira essa diametralmente oposta aos registros de frei Gaspar da Madre de Deus, parente de Taques e também notório produtor de memórias sobre a capitania:

Mamelucos chamam no Brasil aos filhos de branco com índia, ou de índio com branca. Ignoro a origem desta denominação [...]. O que sei com tãda certeza é que os jesuítas castelhanos aborreciam sumamente os mamelucos dos paulistas, e a causa que êles para isso tinham era a mesma que nos tais paulistas concorria, para os amarem com excesso. Eram os mamelucos os melhores soldados dos exércitos assoladores das Missões: êles muitas vezes foram os Chefes das Tropas conquistadoras, e por êles mandavam seus pais atacar os índios bravos, por conhecerem a suficiêcia destes filhos bastardos, criados na guerra, e acostumados ao trabalho, e por isso mais robustos e mais aptos do que os brancos para suportarem os incômodos dos Sertões.³⁹

Frei Gaspar indica, em tom de confissão, que aos mamelucos se imputaria a maioria dos crimes no planalto, em razão dos modos brutos que ostentavam. Apesar disso, defende-os diante das declarações de jesuítas não portugueses, segundo os quais o sangue indígena seria germe de destacada perversidade, na mistura com o europeu. Para o religioso, os nativos teriam qualidades desejáveis, e sua união com europeus em nada alteraria essa condição. Ao longo de suas *Memórias*, essas características também são assinaladas quando se trata das alianças e “amizade” entre colonos e indígenas, com a ressalva de que constituiria “êrro intolerável” considerar que “mameluco” era sinônimo de “paulista”.⁴⁰ Nos textos de Taques, por sua vez, divisa-se outro panorama. Destarte, vemos que a ocorrência de referências aos mestiços é pequena, conforme previamente registrado nas Tabelas 3 e 4: apenas 35 menções dessa natureza são observadas ao longo dos títulos remanescentes. Na Tabela 6, consta o rol completo de nomes associados por Taques às relações de parentesco entre colonos e nativos, e destaca-se a não repetição das pessoas mencionadas – ou seja, elas aparecem uma única vez cada –, o que indica menor protagonismo em relação aos “paulistas” e pouco reconhecimento de sua presença nos troncos familiares.

Tabela 6 – “Mamelucos”, “mamelucas” ou situações semelhantes, conforme indicações de Taques.

MEMBRO	PERÍODO DE VIDA	CARGOS	PRIVILÉGIOS	GUERRAS	CONQUISTA DE INDÍGENAS	ENTRADAS	MINAS	RECURSOS PARTICULARES	"PAULISTA"	"MAMELUCO" / "MAMELUCA"
Aleixo Leme de Alvarenga	XVII									257*
Antonia Rodrigues	XVII-XVIII									277*
Bartholomeu Bueno	XVII									107
Bartholomeu Paes de Abreu (pai de P. Taques)	XVII-XVIII	166	169, 172		169-170, 172	169-170, 171, 172	172	169, 169-170, 171, 172		167
Braz Esteves Leme	XVI-XVII						50			50, 50
Braz Leme de Barros (filho de P. V. de Barros e Justina)										206*
Domingos Leme	XVII-XVIII									257*
Estevão da Costa Gil	XVII-XVIII									277*
Francisco Cardoso (mameluco, filho de Antonio Cardoso)	XVIII									87
Francisco de Proença	XVI-XVII	226	226							227
Francisco Dias Velho	XVIII									86
Garcia Rodrigues Betim	XVII						167		167	168
Gregório da Costa Gil	XVII-XVIII									277*
Hieronimo Pires	XVI-XVII									110
Joanna (filha de P. V. de Barrose Justina)										206*
João do Prado	XVI	2			1, 2, 2	2, 2				3
João Leme	XVII-XVIII									257*
João Pedroso	XVII-XVIII									257*
João Pires de Campos	XVIII									206
José Dias Paes	XVII					66	66			68, 68, 69
José Xavier Cardoso e Cunha	XVIII	104								104
Justina (mameluca)										206*
Laura (mameluca)	XVIII									86
Luiz Castanho de Almeida	XVII			261	261	261				261
Manoel Preto	XVII				79	79			79, 81	79
Maria (filha de P. V. de Barros e Justina)										206*
Maria da Grãa (filha do cacique Tevericá)	XVI									238
Maria Ribeira	XVII-XVIII									257*
Matheus Pinheiro Lobato (mameluco, filho de Francisco Dias Velho)	XVIII									87
Messia Fernandes, a Messiçu (mameluca)	XVI-XVII									73
Miguel da Costa Gil	XVII									277*
Paula Leme	XVII-XVIII									257*
Pedro Vaz de Barros, o Pedro Vaz Guassú	XVII	205		205	205	205	205	205, 206	206	206*
Simão de Toledo e Almeida (cunhado de Rendon)	XVIII	163		163					163++, 165++	165
Violante da Costa	XVII-XVIII									277*

Fonte: Elaboração da autora com base em Leme (1980, 3 t.).

A partir do final do século XIX, especialmente com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHG-SP), a mestiçagem entre paulistas e indígenas no período colonial recebe uma releitura interessada no destaque ao que seriam características excepcionais, únicas e específicas dessa população, que rebateriam na elite desse estado durante a Primeira República. Os pensadores que compuseram esse grupo – entre os quais, Oliveira Vianna, Alfredo Ellis Jr., Paulo Prado e Theodoro Sampaio – articulavam o suposto isolamento do planalto e as relações entre colonos e nativos com atributos de autonomia e liderança. A autonomia paulista teria originado uma “raça de gigantes”, na expressão do viajante Auguste de Saint-Hilaire, que esteve em São Paulo no início do Oitocentos, replicada à exaustão nas argumentações de alguns desses autores.⁴¹

41. Cf. Schwarcz (2005).

42. Leme, op. cit., t. 1, p. 166, grifo do autor.

43. *Ibid.*, p. 167, grifo do autor.

44. Machado (1980 [1929], p. 160).

Independentemente das disputas historiográficas produzidas sobre o tema no século XX, em meio à formação da mitologia bandeirante, a definição que ora emprego para “mamelucos” e “mamelucas” circunscreve-se às próprias genealogias, de modo a possibilitar o entendimento da lógica particular de construção de sentido de Taques. No parágrafo relativo à mãe, Leonor de Siqueira Paes, o autor detalha os méritos do pai, Bartholomeu Paes de Abreu, “natural da ilha de S. Sebastião (irmão inteiro de João Leite da Silva Ortiz, conquistador e descobridor das minas de ouro no sertão dos barbaros indios da nação Goyazes em 1725)”.⁴² Antes de enumerar os feitos do pai, Taques busca esclarecer um incidente que teria levado a sua excomunhão, quando cumpria o cargo de juiz ordinário e insistiu em prender um suposto assassino, mesmo diante de suas súplicas, agarrado à porta do convento de Santa Teresa. Ao descrever o fato que teria desencadeado a confusão, diz o filho que “tinha disparado [um tiro] um mameluco (assim chamam no Brasil e Indias de Hespanha aos filhos do homem branco com mulher *carijó*), chamado Mathias”.⁴³

A explicação, mais concisa que a de frei Gaspar, sugere certa naturalidade, que pode ser explicada pela justaposição com outras documentações. No caso, é a presença expressiva de referências a esses descendentes nos inventários e testamentos dos moradores de São Paulo, datados do último quartel do século XVI até 1700, que permite investigar os mecanismos de construção do discurso de Taques, com suas ênfases e obscurecimentos convenientes. Exemplar na criação de um discurso de dignificação e excepcionalidade dos paulistas, grande parte em razão da mestiçagem com os Tupi, Alcântara Machado analisou as condições materiais e aspectos sociais da vida de seus antecessores. Sua obra, publicada em 1929, é dedicada à família, entre descendentes e progenitores, remontando a Antônio de Oliveira, que teria chegado a São Vicente em 1532. Assim como para Taques, trata-se, pois, de uma espécie de historiografia autobiográfica, na qual era central equacionar os significados da presença indígena nas linhas familiares, em relação ao contexto e aos interesses coevos.

Sobre o grupo populacional dos “mamelucos”, diz Machado que “[...] ao lado e à sombra da família legítima, cresce a imensa dos bastardos. Poucos os inventários em que não aparecem”.⁴⁴ As leis então vigentes ditavam que filhos e filhas concebidas fora dos laços matrimoniais não tinham direito à herança, o que significava ficar ausente da partilha de bens e do recebimento hereditário de cargos e mercês pertencentes a pais e mães. Não obstante, o jurista e historiador enumera uma série de documentos nos quais moradores e moradoras de São Paulo e vilas vizinhas não apenas reconhecem as proles ilegítimas como demonstram certa afeição por elas, contrariando as disposições jurídicas e garantindo que os bastardos não fossem largados à míngua após seu falecimento. Era preocupação

também que esses filhos não acabassem na condição de cativos, como era comum aos indígenas administrados. Em tom pitoresco, Machado resume a posição dos “mamelucos” da seguinte maneira:

Isento e livre, o mestiço não se desata do núcleo social em que nasceu, do clã fazendeiro. Continua a receber o *ensino necessário*, assistindo em casa como *familiar*, na expressão de Filipe de Campos e Antônio Castanho da Silva [membros das primeiras gerações das famílias Campos e Almeida Castanho, chegadas a São Vicente em 1547 e primeira metade do século XVII, respectivamente]. Avoluma a classe dos agregados, que constituem o *séquito* do grande senhor territorial. É o mameluco. É o companheiro das jornadas sertanejas. É o capanga destemido, sempre disposto a dar a própria vida ou a tirar a alheia, a mando do potentado em arcas a que está ligado pela gratidão, pelo interesse e também, amiúde, pelo sangue. Não o renegam os outros membros da família. Aceitam-no, porque têm a consciência mais ou menos clara de que se trata de um elemento inferior, mas necessário, do organismo de que fazem parte.⁴⁵

Nas narrativas de Pedro Taques, a condição dos mestiços é menos harmônica. Em geral, esses descendentes não são incluídos nas linhagens familiares – mesmo quando mencionados, como no caso dos filhos de Francisco de Proença, cavaleiro fidalgo herdeiro de seu avô, Antonio Rodrigues de Almeida. Após os parágrafos referentes à prole legítima de Proença, o genealogista relata que ele teve “em solteiro, quatro filhos mamelucos ou bastardos”, listados na sequência. Sobre eles, diz que “Estes bastardos procrearam família dilatada em S. Paulo onde são conhecidos os seus descendentes”,⁴⁶ mas não há indicação de seus nomes ou de outros títulos em que estariam devidamente registrados. Duas notas são relevantes: o avô de Proença, primeiro de seu tronco a estabelecer-se em São Paulo, recebeu três sesmarias na colônia, sendo que duas se avizinhavam com terras de caciques e aldeias preexistentes, o que aponta o contato próximo entre colonos e indígenas no século XVI, do que poderiam resultar práticas de relações que perduraram ao longo dos séculos seguintes; e a família inaugurada pelo mesmo progenitor é a dos mencionados Almeida Castanho, de que faz parte o Antônio Castanho da Silva citado por Machado no trecho transcrito, que pode ser cunhado ou sobrinho do próprio Proença (Machado não fornece informações suficientes para definirmos a qual dos homônimos se refere), ainda que nenhum deles conste como pai de qualquer mameluco nos textos de Taques.

Diferentemente da relação generalizada por Alcântara Machado entre pais brancos e filhos bastardos, na qual haveria laços de amor e reconhecimento que levariam a frequentes contrariedades jurídicas em prol dos descendentes – que mais se afigura aos relatos de frei Gaspar –, Taques constrói uma realidade em que lei e

45. *Ibid.*, p. 164, grifo do autor.

46. Leme, op. cit., t. 1, p. 227.

47. *Ibid.*, t. 2, p. 86-87.

48. *Ibid.*, p. 110, grifo nosso.

49. *Ibid.*, t. 3, p. 50, grifo nosso.

costume melhor se alinhariam. Nesse contexto, a prole mameluca não faz parte da linhagem familiar. Assim como a sobredita genealogia dos Almeida Castanho, no tronco dos Pires são relatadas relações ilegítimas que resultaram em descendências, sem que essas fossem sequer devidamente listadas no título, como vemos no parágrafo de “Francisco Dias Velho, nobre cidadão de São Paulo, [que] faleceu solteiro, deixando filhos mamelucos, havidos com Laura, mameluca alva”. Um dos bastardos, de nome Matheus Pinheiro Lobato, teria sequestrado a prima, Anna Maria Pires, filha do mesmo Francisco, com a qual se casou e teve seis filhas e filhos. Dessa geração, uma tornou-se esposa de outro filho bastardo “havido em uma mameluca alva” e um estaria “casado com uma mulata, chamada Isabel”.⁴⁷

Em alguns parágrafos, Taques expõe a impossibilidade de os descendentes ilegítimos serem considerados herdeiros, tal como, no mesmo título dos Pires, ao tratar de Hieronimo Pires, que “faleceu solteiro e só deixou 4 filhos mamelucos, que não herdaram *por ser seu pai homem nobre*, e foi a mãe [...] quem herdou”.⁴⁸ Note-se que a referência à nobreza do progenitor é feita sem maiores minúcias, ao contrário do que se sucede na família Leme, especificamente explícito no parágrafo sobre o “muito abastado” Braz Esteves Leme, que

[...] não casou, porém teve 14 filhos bastardos, havidos em diversas mulheres oriundas do gentio da terra, a que no Brasil se diz mamelucos. [...] O juízo de órfãos procedeu a inventario dos seus bens por partilhas dos 14 filhos mamelucos, que deixou, os quais, *não devendo ser herdeiros pela nobre qualidade de seu pai*, foram excluídos da herança por sentença proferida a favor dos irmãos de Braz Esteves [...].⁴⁹

Na sequência, o autor reproduz na íntegra o documento em favor deles, Pedro e Lucrecia Leme, assinado pelo ouvidor geral a mando do rei de Portugal. A sentença, datada de 7 de março de 1640, reitera hiperbolicamente a comprovação de nobreza e limpeza de sangue para possibilitar o desfrute da herança e de outros privilégios associados à hereditariedade e manutenção das linhagens familiares. No que se refere a Hieronimo Pires, o que possivelmente explica a ausência de menção a qualquer documento que verificasse sua nobreza e, assim, justificasse a entrega de seus bens e posses para a mãe é justamente o fato de a miscigenação ter sido prática comum na família, desde seus primeiros membros moradores de São Vicente, conforme relata o próprio genealogista. Diz Taques que a origem dos Pires de São Paulo estaria em Salvador Pires, casado com Maria Rodrigues, pais de Manoel e Salvador Pires. O primeiro, cuja descrição e descendência constam no título dos Bicudo,

[...] faleceu em São Paulo, onde foi capitão que governou e regeu seus moradores, como pessoa de muita autoridade e respeito, e teve um estabelecimento de muitos administrados, que, sendo gentios barbaros, foram conquistados no sertão, e reduzidos ao gremio da igreja pelo sagrado batismo. Praticou virtudes morais, com os quais soube lucrar excelente nome, e mereceu que Deus lhe abençoasse a sua geração, que toda tem sido de admiráveis produções; e *conseguiu casamentos de autoridade e respeito com sujeitos de bom nome*.⁵⁰

50. *Ibid.*, p. 180, grifo nosso.

51. *Ibid.*, p. 185.

52. *Ibid.*, t. 2, p. 73, grifo do autor.

A frase que destacamos, no final do excerto, é incomum nos parágrafos de Taques e pode ainda ser confrontada com a observação do autor sobre o bisneto de Manoel Pires, “Guilherme Borges Monteiro, que casou indignamente e se lhe extinguiu a geração”.⁵¹ Entretanto a afirmação assertiva sobre a qualidade dos matrimônios naquele tronco familiar toma corpo e sentido se nos voltarmos para o destino de seu irmão, Salvador Pires, cuja segunda boda foi com Messia Fernandes, “vulgarmente chamada pelo idioma brasilico *Messiuçu*, que quer dizer Messia grande”, que era filha de mameluca, neta de indígena e bisneta de cacique. A avó, Antonia Rodrigues, teria sido batizada pelo padre José de Anchieta, levando dali em diante o nome do marido, Antonio Rodrigues, cuja vinda aos campos de Piratininga, na companhia de João Ramalho, dataria do começo do século XVI, portanto antes mesmo da chegada de Martim Afonso de Sousa. *Messiuçu*, que deu continuidade à tradição das duas gerações anteriores de casamentos entre brancos e indígenas, seria bisneta do “maioral de Hururáí, chamado Piquirobí”.⁵² Sendo esses os antecedentes do tronco dos Pires, que em meados do Setecentos já era família de fama e bons cabedais, em rixa constante com os Camargo, parece-nos justificável a escolha discursiva de Taques, que não utiliza termos como “índios”, “gentio”, “cacique” e outros que igualmente remetesse aos habitantes nativos da América Meridional, na narrativa fundadora da linhagem.

O casamento de Salvador Pires com a mameluca *Messiuçu* estava, àquela altura, distante no tempo – e mais distante ainda estava o parentesco dessa com o chefe “Piquirobí” –, o que provavelmente permitia certa maleabilidade nas descrições dos membros da família, talvez até já desfeitos de evidências anatômicas da miscigenação. O batismo de Antonia Rodrigues, no contexto das primeiras décadas de colonização, servia como mecanismo de legitimação da união de colonos e indígenas, além do reconhecimento de que seu pai era dos “principais” de sua nação. É forçoso lembrar que, nesse período, a hierarquia dos grupos nativos era elemento de consideração das Coroas, e os europeus negociavam alianças e acordos com esses homens.

53. Leme, op. cit., t. 2, p. 206.

54. *Ibid.*, t. 1, p. 263.

55. *Ibid.*, t. 2, p. 33.

56. *Ibid.*, t. 1, p. 79, grifo do autor.

Nas narrativas genealógicas de Taques, além da pouca expressão conferida aos “mamelucos” – derivada em grande medida de seu impedimento de receber heranças, fossem posses ou ofícios –, destaca-se a equiparação entre o casamento de homens de “nobres famílias” com mamelucas e acontecimentos de violência sexual. É o que se percebe comparando os parágrafos referentes a João Pires de Campos, neto dos progenitores de sua família, e Francisco Pedroso de Almeida, aparentado do próprio autor. Sobre João Pires de Campos, diz:

[...] levado só do indesculpável apetite, e infeliz destino da sua sorte, esquecido das obrigações do seu nobre sangue, se desposou com uma mameluca, causando um geral luto de sentimento aos seus parentes, que, lamentando a injúria, lhe não poderam atalhar o dano.⁵³

Enquanto de Francisco Pedroso de Almeida, afirma:

Esquecido [...] não só das obrigações da honra e qualidade do sangue, que lhe adornava as veias, para imitar a seus pais e avós, e melhor de que estas imagens lembrar-se das obrigações de verdadeiro catholico, cometeu estupro incestuoso com... a irmã direita de sua mulher [...].⁵⁴

Em ambos os casos, portanto, os atos teriam demonstrado distanciamento desses homens em relação à tradição de suas famílias e às suas principais características.

Nenhum dos nomeadamente “paulistas” são vinculados abertamente a “mamelucos”, ou seja, não há sobreposição entre esses e aqueles, o que impede que os atributos de um grupo se relacionem aos do outro no discurso de Taques. Qualquer tentativa de fazê-lo é descrita pelo genealogista como motivada por “ódio”, especificamente de jesuítas e europeus, para os quais era recorrente a ideia de que “qualquer paulista se reputava por um índio neophito”.⁵⁵ Sobre os religiosos, basta lembrar a formulação da “lenda negra”. Em um dos trechos do já mencionado livro do padre Andela, o jesuíta definiria os moradores de São Paulo como “*Mamelucos, gente atrevida, bellicosa e sem lei, que só têm de christãos o batismo e são mais carniceiros, que os infiéis*”.⁵⁶ Para ele, a tropa de Manoel Preto, que realizou assaltos às missões na década de 1620, era composta por mestiços e indígenas, classificação à qual Taques se opõe:

[...] afirma [Andela] que a tropa dos paulistas se compunha de 800 *Mamelucos* (estes são os brancos) e de 3,000 *Tupys* (estes são os Índios administrados dos paulistas, que n'aquelle tempo tinham por seus administradores aos que no sertão os conquistavam, e do centro da gentildade os traziam ao gremio da igreja, ficando os seus descendentes tambem sendo administradores).⁵⁷

As observações inseridas pelo genealogista reforçam as diferenças entre “paulistas” e nativos, e desconsideram completamente os casamentos entre ambos e suas descendências. Ocorrência exemplar dessa orientação do discurso de Taques reside na menção a Francisco Ramalho, “senhor da aldeia de Guanga, chamado por alcunho o Tamarutaca, que faleceu em 1718”,⁵⁸ e que também consta das anotações de Alcântara Machado, por se tratar de caso excêntrico na coleção documental da qual se utilizou:

Ao contrário do que seria de supor, são excepcionais os casamentos entre brancos e negras da terra. Dentre os inventariados só um existe casado com índia forra. Mas esse é evidentemente um *mameluco*: chama-se Francisco Ramalho Tamarutaca e vive na aldeia de Guanga.⁵⁹

Francisco seria neto de João Ramalho, “português que anos antes [da chegada de Martim Afonso de Sousa] tinha se integrado ao grupo local chefiado por Tibiriçá”. A aliança entre Ramalho e o cacique ia além das atividades de guerra: “‘Casado’ com uma filha deste chefe, Ramalho acabou estabelecendo outra aldeia, que serviria de base para a futura vila portuguesa de Santo André da Borda do Campo”. O português, segundo relatos do padre Manuel da Nóbrega, viveria completamente aos modos indígenas, tendo muitas filhas e filhos.⁶⁰ A apresentação que Taques faz de João Ramalho, por sua vez, ressalta seu desempenho de cargos de governança e privilégios, sem menção alguma ao “casamento” com uma indígena: “João Ramalho, que tinha o foro de cavaleiro, e foi depois o fundador da vila de Santo André da Borda do Campo, de cuja povoação (antes de aclamada em vila no dia 8 de Abril de 1553) foi guarda-mor e alcaide-mor”.⁶¹ Dessa maneira, o genealogista evita inserir informações que sugiram explicitamente que a linhagem de Ramalho, incluindo o dito Tamarutaca, seria *mameluca*.

Vemos, portanto, a discrepância das informações de cada texto, ainda que ambos tenham contado com inventários como fontes essenciais. A obra de Machado constitui-se como uma espécie de revisão do trabalho de Taques, apontando para a pequenez de recursos dos homens e das famílias descritos com grandiosidade nas genealogias do século XVIII. Entretanto, suas disparidades não se esgotam nisso, sendo relevante para a análise aqui realizada as diferentes maneiras como figuram os

57. *Ibid.*, t. 1, p. 79, grifo do autor.

58. *Ibid.*, t. 3, p. 260.

59. Machado, op. cit., p. 158, grifo nosso.

60. Monteiro (1994, p. 29-30).

61. Leme, op. cit., t. 2, p. 114. Ver também *Ibid.*, p. 2.

62. Schneider, op. cit., p. 98.

63. Leme, op. cit., p. 205, grifo do autor.

indígenas e os mamelucos em cada escrito. Para Alcântara Machado – que escreve já no século XX, após a criação da mitologia bandeirante, que apazigua e eleva a condição de mestiçagem –, a proximidade e as relações entre europeus e nativos seriam mais um atestado da longevidade dos troncos familiares e de quanto estariam arraigados, por assim dizer, nessas terras, desde os primórdios da colonização. Sua descrição dos mamelucos assemelha-se à de frei Gaspar, que via qualificações cobiçáveis nas proles mestiças – talvez por ele próprio ser ramo de um desses troncos. Por outro lado, Pedro Taques, imbuído da tarefa de garantir privilégios e mercês a seus pares, não podia permitir que máculas fossem lançadas sobre as linhagens desses homens, o que invalidaria suas requisições, de modo que lhe foi indispensável restringir os laços – especialmente os parentais – entre autóctones e adventícios. Ainda assim, mesmo em meio às divergências, os três discursos permitem associar a presença de indígenas – reconhecidos ou não, familiares ou não, harmônicos ou não – às atividades de exploração e trânsito pelos sertões e aos homens que as realizavam.

MODOS DE SERVIR, FORMAS DE POVOAR E AS LEIS DOS “PAULISTAS”

Em oposição aos deméritos enfrentados pelas acusações de proximidade entre os habitantes de São Paulo e os grupos indígenas, Taques acrescia os títulos nobiliárquicos com extensas descrições das formas distintas segundo as quais os “paulistas” recebiam convidados, serviam banquetes, alimentavam-se e agiam de modo geral. O estabelecimento de diferenciações entre colonos e nativos podia assegurar a possibilidade de enobrecimento das linhagens dos moradores de São Paulo – do que resulta a construção milimetricamente ajustada dos textos genealógicos em questão. Em vários troncos, hábitos e laços familiares são cautelosamente dissolvidos ao longo dos parágrafos redigidos, deixando no passado as relações entre os grupos: “a miscigenação dos primeiros tempos – e só dos primeiros tempos”.⁶² Nos trechos correspondentes aos irmãos Pedro Vaz de Barros e Fernão Paes de Barros, verifica-se o desenrolar de um processo calculado, com vistas a enfraquecer juridicamente as relações entre eles e os indígenas. Esses vínculos não são negligenciados na genealogia. Pedro teria sido “cognominado Grande, chamando-se-lhe assim pelo idioma brasílico: Pedro Vaz *Guassú*, que quer dizer grande”,⁶³ e as descendências de ambos, todas ilegítimas, são assim descritas:

Não casou Pedro Vaz de Barros, mas teve varios filhos bastardos, havidos em diversas mulheres, que por todos foram nove, que são os seguintes: Braz Leme de Barros; Joanna, que casou com João da Silva Ferreira, e Maria, todos havidos em Justina, mulher *mameluca* (em São Paulo, assim chamam as que são netas de india de quatro costados com homem branco); Isabel, havida em Catharina; Lourença, havida em Theresa; Margarida, havida em Rufina; Marianna, havida em Maria; Paschoa e Leonor, ambas havidas em Barbara, como tudo consta do inventario do capitão [...].⁶⁴

Apesar de ter as filhas e o filho constantes no inventário, conforme indicado, apenas o primogênito foi feito herdeiro, depois de casar-se com a “filha mulata” do irmão: “No estado de solteiro, teve Fernão Paes de Barros de uma crioula de Pernambuco uma filha, que foi Ignacia Paes, que, dispensada no impedimento de segundo grau de consanguinidade, casou com seu primo direito Braz Leme de Barros”.⁶⁵ A endogamia garantiu a concentração das riquezas acumuladas pelos irmãos, mas não era suficiente para tirar da linhagem a mácula do caráter *mameluco* de sua origem. Para tal, o recurso disponível naquele momento era a própria fortuna – “esteio da nobreza”,⁶⁶ segundo frei Gaspar –, ou ainda, a adequada exibição dela, aos moldes da nobreza. Com a morte de Braz, Ignacia passa a herdeira tanto do tio como do pai, que consegue atar em núpcias a filha e um sargento-mor que vinha do Reino em real serviço. De acordo com o relato,

[O sargento-mor] observando a grandeza com[o] dito governador [Manoel] Lobo fora hospedado em casa de Fernão Paes todo o tempo, que foram muitos meses que se demorou em São Paulo, se deixou vencer do avultado dote para casar, como casou, com Ignacia Paes, de cujo matrimonio houveram filhas, que todos casaram muito bem, de que hoje ha ramos, que, com honrosos procedimentos, têm conciliado estimações de toda a nobreza.⁶⁷

A maneira de servir, hospedar e portar-se era forma de distinção, somando a nobreza de hábitos à nobreza de origem. Em meio ao fortalecimento da condição jurídica da nobilitação, a assimilação de um modo de vida aristocrático passa a compor as possibilidades de comprovação, dentro do rol de alternativas acessíveis às famílias recentemente enriquecidas.⁶⁸ Fernão Paes de Barros, como explicitado anteriormente, recebeu cartas de seu soberano, que solicitava auxílio em empreitadas do interesse da Coroa, nas quais lhe eram oferecidas consideração e possíveis mercês pelo cumprimento dos pedidos. Certamente, as condições que alcançou e demonstrou – enriquecimento, lealdade, casamentos adequados, apadrinhamentos e hábitos de nobreza – foram decisivas na redação de seus autos de justificação de nobreza, mencionados por Taques. O genealogista descreve,

64. *Ibid.*, p. 206, grifo do autor. A progênie de Pedro Vaz de Barros, numerosa e descendente de várias mulheres, remete-nos novamente aos modos de viver dos indígenas, assimilado por colonos logo após sua chegada, tal como teria feito João Ramalho.

65. *Ibid.*, p. 209.

66. Madre de Deus, op. cit., p. 83.

67. Leme, op. cit., t. 3, p. 209.

68. Monteiro (2005, p. 15).

69. Leme, op. cit., t. 3, p. 205, grifo nosso.

70. Sobre os hábitos alimentares planaltinos e as diferenciações entre o consumo no ambiente doméstico e no trânsito dos sertanistas, ver o capítulo “A comida e o modo de vida dos paulistas” (BASSO, 2014, p. 67-136).

71. Monteiro (2005, p. 13).

ainda, moradias de São Paulo em que os visitantes se sentiriam no Reino, a começar pela do próprio Pedro Vaz Guassú:

Foi a sua casa e fazenda uma povoação tal, que bem podia ser vila, e ainda hoje as casas, que foram da sua residencia, servem de padrão que lhe acusam a maior magnificencia, como obra daquele tempo. Teve muito grande tratamento, correspondente aos grossos cabedais que possuia, entre cujos moveis teve uma copa de prata de muitas arrobas. A sua casa era diariamente frequentada de grande concurso de hospedes, parentes, amigos e estranhos, que todos concorriam gostosos a fazer-lhe obsequiosa assistencia. Todos eram agasalhados com grandeza daquela mesa, na qual, com muita profusão, havia pão e vinho da propria lavoura, e as *iguarias eram vitelas, carneiros e porcos, além das caças terrestres e voláteis*, das quais os seus caçadores atualmente conduziam com fartura, e por isso de tudo havia com abundancia, e com tanta prevenção, que, a qualquer hora da tarde que chegavam novos hospedes, estava a mesa pronta, como se para este fora conservada.⁶⁹

Se, para os sertanistas ou “antigos paulistas”, o consumo de produtos da terra, extraídos sem alarde no meio das matas, era indício de sabedoria, que conduzia à glória das conquistas, o mesmo não se verifica nas narrativas para as quais a nobreza de hábitos era elemento essencial – e Taques repercute inúmeras vezes essa estratégia. Os costumes enobrecedores incluíam: opulência e grandeza das fazendas com suas capelas, que podiam ser comparadas, dentro dessa lógica, a vilas ou cortes, de grandes dimensões e construídas com os melhores materiais e artífices; abundância e liberalidade na recepção de convidados e outras pessoas, remontando à conceituação medieval desse termo, antes mencionado; disponibilidade de insumos que demandavam bom número de cativos para serem produzidos ou próprios dos hábitos alimentícios do Reino, tais como carnes de animais, trigo e vinho, que podemos opor ao consumo generalizado de aguardente na Colônia;⁷⁰ presença e disponibilização de numerosos utensílios de prata, que indicavam riqueza dos cabedais e conhecimento da etiqueta aristocrática; número e treinamento de escravizados, além do destaque à cor clara de alguns deles e ao uso de calçados, que diferenciaria seus senhores daqueles que tinham grandes contingentes de indígenas sob sua administração; domínio da arte da cavalaria, assinalando aproximação entre esses homens e a tradição dos cavaleiros medievais, na qual se assentava a própria construção da vassalagem; e, por fim, a governança de territórios e pessoas,⁷¹ mesmo que restrita aos limites das fazendas.

Além desses atributos, a nobilitação, por definição, compreendia dispor-se à vassalagem e aos interesses da Coroa e do “bem comum”, algo que Pedro Taques exacerba em suas narrativas, indicando repetidamente a realização de ações dos “paulistas” com esses fins, por meio do emprego de seus próprios

recursos, como a designação de administrados para formar tropas e o fornecimento de alimentos, roupas, riquezas e outros suprimentos.

Conforme visto na Tabela 3, das 173 menções a “paulistas” na tabulação completa das genealogias, 43 são acompanhadas pela indicação do uso dos próprios cabedais, quase 25%, ou seja, praticamente um em cada quatro desses homens. Esse indicativo remonta aos primeiros adventícios da capitania de Martim Afonso de Sousa, muitos dos quais, segundo frei Gaspar, seriam apresentados como fidalgos nos documentos que consultou⁷² e teriam vínculos com a nobreza europeia, como procura atestar Pedro Taques. Sobre Lourenço Castanho Taques, afirma o autor que “Nas ocasiões do real serviço sempre deu acreditadas mostras de honrado vasallo com liberal despeza da propria fazenda”.⁷³ Descrições similares, que enumeram as mesmas características, são destinadas a muitos outros conquistadores, povoadores e moradores de São Vicente e São Paulo, que constituiriam, assim, nobres linhagens formadas nos campos de Piratininga, em narrativas que obliteram a presença indígena no estabelecimento dessas famílias.

Do interior das moradas dos “paulistas”, passo, então, às vilas e povoações que fundaram ou fizeram avantajar-se, sobretudo em torno de suas próprias fazendas, do que é possível derivar uma verdadeira “geografia genealógica”, isto é, uma conformação territorial que tem como um de seus elementos centrais os parâmetros de arranjos matrimoniais, transmissão de heranças e demais costumes familiares. A expansão das riquezas das famílias descritas por Pedro Taques foi acompanhada, no século XVII e até princípios do seguinte, por seu desdobramento na capitania de São Paulo, destacadamente ao longo do curso dos rios Paraíba e Tietê, orientando-se para leste e oeste, respectivamente. Essas rotas principais correspondiam aos caminhos em direção, por um lado, ao Rio de Janeiro e região das Minas Gerais e, por outro, a Mato Grosso e Goiás, no percurso fluvial das monções, além das estradas que levavam ao sul e outras paragens.⁷⁴ Assim como as conquistas, a povoação era atributo de várias famílias nobres do Reino, sendo igualmente valorizada na Colônia. O genealogista enfatiza o papel de povoamento exercido particularmente por algumas linhagens, dentre as quais se destaca a dos Fernandes “Povoadores”, repetidamente mencionada, mas cuja descrição própria foi perdida. No período assinalado, foram dez as vilas criadas, a saber, Mogi das Cruzes (1611), Parnaíba (1625), Taubaté (1650), Jacareí (1653), Jundiaí (1655), Guaratinguetá, Itu (ambas em 1657), Sorocaba (1661), Curitiba (1693) e Pindamonhangaba (1705) – dessas, três foram elevadas pelos esforços da família Fernandes, mais especificamente pelos irmãos André, Domingos e Balthazar, fundadores de Parnaíba, Itu e Sorocaba.⁷⁵

72. *Madre de Deus*, op. cit., p. 64-65.

73. Leme, op. cit., t. 1, p. 124.

74. Morse (1970, p. 40).

75. *Fundações de vilas no planalto de São Paulo (RI-BEIRO*, 2015, p. 230-261).

76. *Ibid.*, p. 253.

77. Política de urbanização (BELLOTTO, 2007, p. 147-172).

78. *Ibid.*, p. 250-252.

79. Blaj, *op. cit.*, p. 283.

Além dessas, outras relações de parentesco e matrimônio foram firmadas entre membros das famílias de fundadores de vilas, segundo os títulos nobiliárquicos. O mesmo Domingos Fernandes era casado com Suzana Dias, tataraneta do sobredito cacique Tibiriçá e bisneta de sua filha, Bartira, com João Ramalho, fundador da povoação de Santo André da Borda do Campo, cuja população foi transferida para a vila vizinha São Paulo de Piratininga. Relações novas também se estabeleciam, como é o caso de Manoel da Costa Cabral, progenitor do tronco de mesmo nome, que teria vindo do Reino para São Paulo, casando-se na vila de Mogi das Cruzes com Francisca Cardozo, neta do fundador da mesma localidade, Braz Cardoso. Após a morte da primeira esposa, Manoel passou para Taubaté, onde se casou pela segunda vez, com Maria Vaz, pertencente ao tronco paterno da falecida mulher, e ali se estabeleceu. Uma de suas filhas, Ana Cabral, tornou-se esposa de Domingos Luiz Leme, que fundou Guaratinguetá, e outra, Francisca Romeiro Velho Cabral, casou-se com Antonio Bicudo Leme, emancipador de Pindamonhangaba, cujo processo de elevação a vila foi marcado pela oposição dos moradores de Taubaté.

Nota-se que todos os fundadores de vilas desse período vinham originalmente de São Paulo, ainda que não fossem necessariamente naturais dessa localidade – exceto Diogo de Fontes, emancipador de Jacareí, sobre o qual não há informação a esse respeito.⁷⁶ Não havia uma política de urbanização oficial em vigor – como se verá a partir de 1765, inaugurando-se o chamado período pombalino⁷⁷ – e o crescimento demográfico por si só não justificava a criação dessas povoações,⁷⁸ de modo que essa questão recaí sobre as famílias e seus interesses. Entra em evidência a formação de grupos parentais, compostos, muitas vezes, por casamentos endógamos – como observado pelas repetidas solicitações de desimpedimento de consanguinidade, registradas por Taques – e pela afiliação constante entre certas linhagens. São comuns, na *Nobiliarquia*, menções à continuidade de determinadas descendências em outros títulos, evitando repetições excessivas. Novamente, trata-se de informação abundante nos textos e que explicita os laços estabelecidos e reforçados por praticamente todas as “nobres” famílias da capitania. Essa dinâmica pode ser apreendida, em porções mais afastadas da sede – como Curitiba, Cuiabá e outras localidades –, pelos reiterados requerimentos de terras feitos pelos mesmos troncos familiares.⁷⁹

A formação desses “clãs” e a territorialização que construíram, segundo Ilana Blaj, era intrinsecamente relacionada a uma atividade sobre a qual Pedro Taques silencia em seus escritos: o comércio dos habitantes da vila e depois cidade de São Paulo, cuja mercantilização adviria originalmente das descobertas de metais e pedras preciosas em Minas, Goiás e demais regiões. Esses empreendimentos são ignorados nas genealogias por serem, no contexto do Antigo Regime, um impedimento à

nobilitação, embora lentamente incluídos no espectro das nobrezas – e que, no caso da capitania e província paulista, tenham sido fonte das posteriores fortunas agrícolas.⁸⁰ Tome-se Guilherme Pompeo de Almeida, a quem corresponde uma das descrições de vida “à lei da nobreza” mais profusas e detalhadas e cuja riqueza seria baseada na atividade mercantil, não mencionada pelo genealogista:

[...] apontamos o caso do padre Guilherme Pompeu como exemplar de todo esse processo de mercantilização paulista. Tendo agentes comerciais em Santos, em São Paulo (como Pedro Taques de Almeida), na Bahia, Rio de Janeiro, participando ativamente do comércio mineiro por intermédio de seu sócio Pedro Frazão Brito, o famoso padre formou grande parte de sua fortuna nesse período [virada do século XVIII para o seguinte]. Indicativo do enriquecimento e do prestígio que os mercadores gradativamente começavam a deter é a nomeação de Domingos Frazão de Meirelles, ‘um dos mercadores principaes da dita villa de São Paulo e afazendado’, como capitão de recém criada [sic] infantaria de ordenança dos mercadores da vila de São Paulo.⁸¹

Frei Gaspar, despreocupado com as solicitações de nobilitação, não deixa de referir-se à mercancia, que teria sido originalmente incentivada na capitania pelo próprio donatário, Martim Afonso de Sousa, e incluiria também os indígenas, que podiam comprar apenas dos colonos portugueses, e não diretamente dos comerciantes que traziam as mercadorias.⁸² Pedro Taques não apenas exclui de seus textos as referências ao envolvimento dos “paulistas” com o comércio – no qual estaria envolvida grande parte de sua própria família – como ainda reputa aos mercadores, na única menção que faz a um deles, o estigma de falsos e dissimulados. Trata-se de Sebastião Fernandes do Rego, “homem de negocio” e “fingido amigo” dos sobreditos irmãos Leme, contra os quais teria armado um esquema ardiloso para empossar-se de suas riquezas, além de fazer-se íntimo de outras autoridades a fim de aplicar o suposto golpe.⁸³ Ainda que seja justificada a ausência de comerciantes nas reivindicações nobiliárquicas, por se tratar de ocupação menos prestigiosa,⁸⁴ é digno de nota a omissão do genealogista no que tange à família de sua própria esposa, neta de Manuel Veloso e filha de Gregório de Castro Esteves, dois destacados agentes comerciais de São Paulo, no início do século XVIII.⁸⁵

Os ocultamentos acerca dos comerciantes acabam obscurecendo as dinâmicas territoriais dessas famílias nas genealogias, cuja apreensão fica limitada aos deslocamentos em função da exploração de metais e do enfrentamento de nações indígenas. No começo do século XVIII, as principais famílias de São Paulo, frequentemente interligadas entre si, estariam em pleno movimento de expansão, concentração e confirmação de suas posses de terras e demais riquezas. É notável que as fortunas passaram a significar, com maior frequência, a possibilidade de

80. Araújo (2006, p. 208).

81. Blaj, op. cit., p. 263.

82. Madre de Deus, op. cit., p. 87.

83. Leme, op. cit., t. 3, p. 30-31.

84. Fidalgos e lacaio (FURTADO, 2006, p. 29-86).

85. Borrego (2010, p. 248-249).

86. Leme, op. cit., t. 1, p. 102, grifo nosso.

87. *Ibid.*, t. 2, p. 120, 121 e 126, grifo nosso.

obtenção de cargos de governança, em detrimento das indicações mais tradicionais de nobreza, apontando para a inserção em certas posições políticas por meio do capital econômico, mesmo que esse fosse, como no caso dessa elite, advindo de atividades simbolicamente desvalorizadas. Ainda que o enobrecimento originado de atividades mercantis e alianças com grupos nativos não fosse suficiente para que as famílias de São Paulo integrassem a alta nobreza do Reino, era certamente satisfatório para distingui-las no espaço social da Colônia.

A preocupação com a legitimação desse grupo – a elite política enriquecida, proprietária e engajada nos cargos de governança – fazia dos escritos genealógicos um vetor de reconstrução do passado e de comunicação com seus descendentes. Taques, inclusive, recrimina as gerações que teriam se beneficiado das glórias dos seus antepassados, sem, contudo, dar continuidade ao seu espírito de nobreza empreendedora, que agia com liberalidade e protagonismo. Entre as expressões usadas por ele, encontram-se: “deixou *amortecer* os merecimentos de seu pai”;⁸⁶ “todos [os descendentes] vivem *amortecidos* na ignorância dos seus nobres progenitores, e das suas honrosas virtudes e ações”; “o séquito dos imprudentes, que já tem *degenerado* do mesmo esplendor dos seus antigos ascendentes”; e “veiu esta casa a perder aquele morgado sem mais causa, que a de uma total e indesculpável *omissão*, que se foi difundindo aos mais herdeiros até o presente tempo”.⁸⁷ O decaimento resultaria em reveses, não apenas para as famílias, mas para a Coroa, a fazenda real e, por consequência, para o bem comum.

O discurso embutido nessas colocações, além de recriminatório, é o de que àquela altura, em meados do século XVIII, o trabalho de exploração não estaria – e não deveria estar – encerrado, mas faltava liderança e ambição para dar-lhe continuidade. Em outras palavras, apesar de os descendentes dos “paulistas” viverem dos espólios das empreitadas já realizadas – muitas vezes levando os patrimônios e os privilégios alcançados por meio delas ao risco de esgotamento –, ainda haveria sertões a serem explorados, conquistados e transformados em territórios colonizados, mesmo que por meios diversos daqueles empregados pelos “antigos paulistas”.

Pedro Taques redigiu seus títulos genealógicos em um período de intensa disputa e ressignificação da capitania de São Paulo e da atuação de sua população quanto aos planos da Coroa portuguesa. Após quase duas décadas de sujeição à capitania do Rio de Janeiro, os paulistas enfim retomavam sua autonomia, enquanto coletas de relatos escritos e mapas, ações diretas de levantamento territorial e negociações diplomáticas davam renovados contornos cartográficos às fronteiras entre as colônias portuguesa e espanholas na América. Os conhecimentos dos sertanistas de São Paulo, tantas vezes censurados por sua violência e insubordinação, foram parte significativa do processo de expansão das posses coloniais portuguesas em direção ao oeste do continente, avançando sobre a obsoleta Linha de Tordesilhas.⁸⁸ É nesse panorama que o genealogista recorre a documentos cartoriais e histórias transmitidas oralmente, contestando os autores contemporâneos que reproduziam as “lendas negras” sobre os homens de São Paulo e elaborando copiosos textos nobiliárquicos que servissem a suas solicitações de honras e mercês. Taques reunia, assim, passado, presente e intenções para o futuro, todos igualmente articulados aos valores, práticas e métodos dos “paulistas” e suas famílias.

89. A amplitude de suas relações com homens e mulheres das famílias principais da capitania pode ser apreendida no longo e laudatório artigo de Taunay (1923) sobre Pedro Taques.

Habilmente, o genealogista concede novas cores aos hábitos cotidianos dos antepassados das principais famílias da capitania e às suas incursões territoriais, de aprisionamento e combate a indígenas e de exploração de pedras e metais preciosos, tingindo-as de ares de conquista bem planejada e realizada em atos de altruísmo e devoção à Coroa e a Deus. Nos escritos, a indicação dos heróis individuais dessas empreitadas, identificados com nome, sobrenome e antecedentes, é pontuada pelo constante reforço narrativo do uso do termo “paulista”. Enrustido em seu sentido toponímico, encontra-se o significado de uma coletividade seleta, nascida ou fixada em terras consideradas paulistas e detentora de valores peculiares, enumerados e repetidos exaustivamente ao longo das dezenas de textos remanescentes. Nobreza nos modos, liberalidade, liderança e inabalável disposição para o combate aos inimigos e as entradas pelos sertões coloniais eram as marcas desses homens, espalhados entre as linhagens principais daquele tempo.

A extensa obra genealógica de Pedro Taques circulou entre seus pares e solicitantes, e vários títulos foram conservados por seus parentes e amigos. Sua extensa rede de relações, ainda que não fosse suficiente para salvá-lo de inúmeros infortúnios,⁸⁹ garantiu a preservação de um número considerável dos textos produzidos. Era, portanto, uma narrativa inserida no referencial desses homens – e em sua percepção como conjunto. Essa coletivização das conquistas já era fenômeno presente, como se pode

90. Romeiro, op. cit, p. 257.

91. Abud, op. cit., p. 182.

92. Blaj, op. cit., p. 39-54.

averiguar nos relatos sobre as descobertas auríferas, a fim de justificar o direito de conquista dos paulistas na primeira metade do século XVIII: “Da dimensão individual, o feito dos descobrimentos assumiu uma dimensão coletiva, transformando-se na empresa heroica dos homens de São Paulo”.⁹⁰

Após a reunião e publicação dos títulos que sobreviveram aos infortúnios do autor, o texto tornou-se fonte recorrente para aqueles que, já no raiar do século XX, buscaram dar contornos próprios aos naturais de São Paulo – histórica e contemporaneamente. Segundo Katia Abud, os trabalhos de Afonso d’Escragnonle Taunay, Alfredo Ellis Jr. e José Alcântara Machado muniram-se dos escritos de Pedro Taques e frei Gaspar como referências centrais, imputando a esses homens do século XVIII as origens da historiografia dos bandeirantes – apesar de o termo ser ausente nas obras de ambos. No período da chamada Revolução de 1932, enquanto se desenrolavam as “novas bandeiras” em direção ao oeste paulista, protagonizadas por trilhos ferroviários e grandes fazendas, as imagens da “raça de gigantes”, destemida e condutora do progresso, passa a circular cada vez mais nos limites entre a produção historiográfica e os meios de comunicação.⁹¹ Diversos são os autores que, a partir do final do século XIX, lançarão sobre a história de São Paulo marcas de altivez, nobreza, independência e liderança.⁹² Revisando as obras de exaltação paulística, Vianna Moog e Pierre Monbeig assinalaram a força da simbologia que associou bandeirantes e paulistas, transformados em sinônimos no imaginário nacional. No entanto, o bandeirante só se presta a igualar-se narrativamente ao paulista pois esse já havia tornado-se o “paulista” – representação peculiar desses colonos, erigida desde o século XVIII por meio de acúmulos e ressignificações, para o que o discurso existente nas genealogias de Taques foi certamente fundamental.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

ACTAS DA CAMARA DA VILLA DE S. PAULO, v. VII, 1679-1700, São Paulo. *Atas [...]*. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo, 1915.

ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DE S. PAULO, v. VIII, 1701-1719, São Paulo. *Atas [...]*. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo, 1916.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980. 3 t.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 1985. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BASSO, Rafaela. *A cultura alimentar paulista: uma civilização do milho? (1650-1750)*. São Paulo: Alameda, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conto no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 2, p. 21-34, nov. 2005. DOI: 10.11606/issn.1808-8139.v0i2p21-34.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas, 2002.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial*. São Paulo: Alameda, 2010.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte. *Alexandre de Gusmão & o Tratado de Madrid*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006 [1953-1963]. 2 t.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

KOBELINSKI, Michel. *Heroísmos, sedições e heresias: A construção do ufanismo e do ressentimento nos sertões da capitania de São Paulo (1768-1774)*. 2008. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980 [1929].

MADRE DE DEUS, frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1975 [1797].

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998 [1952].

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “ethos” nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 2, p. 4-20, nov. 2005. DOI: 10.11606/issn.1808-8139.v0i2p4-20.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Graphia, 2000 [1955].

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

RIBEIRO, Fernando V. *Vilas do planalto paulista: a criação de municípios na porção meridional da América Portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. 2015. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RUSSELL-WOOD, Anthony. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 21, p. 100-118, jul. 1999.

SANTOS, Amália Cristovão dos. *A expulsão do sertão: elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841)*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Os paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII. *Projeto História*, São Paulo, n. 57, p. 84-107, set./dez. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772-1953)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. *Revista de História*, São Paulo, n. 142-143, p. 261-276, 2000. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i142-143p261-276.

TAUNAY, Afonso d'Escragolle. *Pedro Taques e seu tempo: estudo de uma personalidade e uma época*. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1923.

TAUNAY, Afonso d'Escragolle. Prefácio. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980. t. 1, p. 11-36.

TURNER, Frederick Jackson. *Rereading Frederick Jackson Turner: “The Significance of the Frontier in American History” and Other Essays*. New York: Henry Holt and Company, 1994 [1893].

VIEIRA, Antônio. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: Educ, 1992.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Artigo apresentado em: 27/01/2022. Aprovado em: 08/08/2022.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License